

CURRICULUM VITAE

JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI

novembro/2018

Dados Pessoais

Nome: **José Antonio Dias Toffoli**

Filiação: **Luiz Toffoli e Sebastiana Seixas Dias Toffoli**

Data de nascimento: **15 de novembro de 1967**

Naturalidade: **Marília – São Paulo**

Formação Acadêmica

EDUCAÇÃO SUPERIOR - GRADUAÇÃO

Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco

Universidade de São Paulo – USP, (1986- 1990).

Atividade Docente

PROFESSOR

Professor colaborador do Curso de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

Atividade Profissional

ATIVIDADES ATUALMENTE EXERCIDAS:

Presidente do Supremo Tribunal Federal

(13 de setembro de 2018 até a presente data)

Ministro do Supremo Tribunal Federal

(23 de outubro de 2009 até a presente data)

ATUAÇÃO EM COMISSÕES

Presidente da Comissão de Juristas instituída por Ato do Presidente do Senado Federal nº 192/2010 e encarregada de elaborar o anteprojeto do novo Código Eleitoral.

Relator da Comissão de Juristas instituída pelo Ato da Comissão Diretora do Senado Federal nº 13/2015 e encarregada de elaborar anteprojeto de Lei destinados a desburocratizar a Administração Pública Brasileira, melhorar a relação com as empresas e o trato com os cidadãos.

ATIVIDADES ANTERIORES

Vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal

(12 de setembro de 2016 até 12 de setembro de 2018)

Presidente da 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal

26 de maio de 2015 a 30 de maio de 2016.

Presidente do Tribunal Superior Eleitoral

13 de maio de 2014 a 12 de maio de 2016.

Vice-Presidente do Tribunal Superior Eleitoral

19 de novembro de 2013 a 12 de maio de 2014.

Ministro do Tribunal Superior Eleitoral

29 de maio de 2012 a 12 de maio de 2016.

Ministro Substituto do Tribunal Superior Eleitoral

17 de dezembro de 2009 a 28 de maio de 2012.

Professor do Curso de Pós-Graduação em Direito do UniCEUB – Centro Universitário de Brasília em 2014.

Presidente da 1ª Turma do Supremo Tribunal Federal
fevereiro a dezembro de 2012.

Advogado – Geral da União
março de 2007 a outubro de 2009.

Advogado sócio do Escritório “Toffoli & Rangel Advogados” agosto de 2005 a fevereiro de 2007.

Subchefe para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República.
Janeiro de 2003 a julho de 2005.

Professor da disciplina: Direito Constitucional do Curso Extensivo de atualização para Carreiras Jurídicas da Escola da Magistratura da Associação dos Magistrados do Distrito Federal - Amagis - Brasília/DF em 2002.

Professor das disciplinas: Direito Constitucional e Direito de Família da Faculdade de Direito do Centro de Ensino Unificado de - UNICEUB - Brasília/DF - Disciplinas: Direito Constitucional e Direito de Família.
1996 a 2002.

Chefe de Gabinete da Secretaria de Implementação das Subprefeituras do Município de São Paulo em 2001.

Assessor Jurídico da Liderança do PT na Câmara dos Deputados
1995 a 2000.

Advogado em São Paulo de março de 1991 a julho de 1995.
Atuando a partir de julho de 1995 em Brasília/DF.

Assessor Parlamentar na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo
em 1994.

Consultor Jurídico do Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais da CUT Nacional 1993 a 1994.

Atuação na Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República

CRIAÇÃO DO CENTRO DE ESTUDOS DA SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS DA CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Instalou o Centro de Estudos da Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República com a missão de estimular a pesquisa de temas jurídicos relevantes para a Administração Pública, promover maior intercâmbio entre seus órgãos jurídicos e a produção científica nacional e continuidade da edição da Revista Jurídica. (2005)

ATUAÇÃO NA ELABORAÇÃO E ANÁLISE DE PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS NO ANO DE 2005

Realizou a análise e a assessoria à Presidência da República no exame da constitucionalidade e da juridicidade de todos os atos normativos submetidos por todos os Ministérios e Secretarias Especiais, compreendendo Propostas de Emendas à Constituição, Projetos de Lei Complementar, Leis Ordinárias, Medidas Provisórias e Decretos, além do exame jurídico de políticas públicas e do assessoramento consultivo à própria Presidência da República e a seus órgãos.

Podem ser citadas como **exemplos no ano de 2005** as seguintes proposições legislativas:

Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação

Medida Provisória nº 252, de 15/06/2005. Institui o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação - REPES, o Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras – RECAP e o Programa de Inclusão Digital, dispõe sobre incentivos fiscais para a inovação tecnológica e dá outras providências. (Bem). D.O.U. de 16/06/2005

Escola de Fábrica

Institui o Projeto Escola de Fábrica, autoriza a concessão de bolsas de permanência a estudantes beneficiários do Programa Universidade para Todos - PROUNI, institui o Programa de Educação Tutorial - PET, altera a Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, e a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, e dá

outras providências Medida Provisória nº 251, de 14/06/2005. D.O.U. de 15/06/2005.

Política Nacional de Saneamento Básico

Projeto de Lei nº 5.296/2005. Institui as diretrizes para os serviços públicos de saneamento básico e a Política Nacional de Saneamento Básico - PNS. D.O.U. de 20/05/2005.

Programa Federal de Proteção Especial às Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte

Projeto de Lei nº 5.463/2005. Institui a proteção especial às crianças ou adolescentes ameaçados de morte, cria o Programa Federal de Proteção Especial às Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte, e dá outras providências. D.O.U. de 05/05/2005

Reestruturação do setor ferroviário e o término do processo de liquidação da Rede Ferroviária Federal S.A

Medida Provisória nº 246, de 06/04/2005. Dispõe sobre a reestruturação do setor ferroviário e o término do processo de liquidação da Rede Ferroviária Federal S.A., em liquidação, altera dispositivos das Leis nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e 11.046, de 27 de dezembro de 2004, e dá outras providências. D.O.U. de 07/04/2005

Serviço Florestal Brasileiro - SFB, cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal

Projeto de Lei nº 4.776/2005. Dispõe sobre a gestão de florestas públicas para produção sustentável, institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro - SFB, cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal - FNDF, e dá outras providências. D.O.U. de 18/02/2005.

ATUAÇÃO NA ELABORAÇÃO E ANÁLISE DE PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS NO ANO DE 2004

Podem ser citadas como **exemplos no ano de 2004** as seguintes proposições legislativas:

Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado

Medida Provisória nº 226, de 29/11/2004. Institui o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - PNMPO e altera dispositivos da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, que trata do apoio ao desenvolvimento de micro e pequenas empresas, da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, que institui a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira - CPMF, da Lei nº 9.872, de 23 de novembro de 1999, que trata do Fundo de Aval para a Geração de Emprego e Renda - FUNPROGER, da Lei nº 10.194, de 14 de fevereiro de 2001, que

dispõe sobre a instituição de Sociedades de Crédito ao Microempreendedor, e da Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, que dispõe sobre o direcionamento de depósitos à vista captados pelas instituições financeiras para operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores, e dá outras providências. D.O.U. de 30/11/2004.

Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – PNATE

Medida Provisória nº 173, de 16/03/2004. Institui o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – PNATE - e o Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos, dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Brasil Alfabetizado, altera o art. 4º da Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, e dá outras providências. D.O.U. de 17/03/2004.

Incorporações Imobiliárias

Projeto de Lei nº 3.065/2004. Dispõe sobre o patrimônio de afetação de incorporações imobiliárias, Letra de Crédito Imobiliário, Cédula de Crédito Imobiliário, Cédula de Crédito Bancário, altera o Decreto Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, as Leis nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, nº 4.728, de 14 de julho de 1965 e nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e dá outras providências. D.O.U. de 05/03/2004.

Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social

Medida Provisória nº 164, de 29/01/2004. Dispõe sobre a Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social incidentes sobre a importação de bens e serviços, e dá outras providências. Lei 10.865, de 30.4.04 D.O.U. de 29/01/2004, Extra.

ATUAÇÃO NA ELABORAÇÃO E ANÁLISE DE PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS NO ANO DE 2003

Podem ser citadas como **exemplos no ano de 2003** as seguintes proposições legislativas:

Novo modelo do setor elétrico

Medida Provisória nº 144, de 11/12/2003 - Dispõe sobre a comercialização de energia elétrica, altera as Leis nºs 5.655, de 20 de maio de 1971, 8.631, de 4 de março de 1993, 9.074, de 7 de julho de 1995, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, 9.478, de 6 de agosto de 1997, 9.648, de 27 de maio de 1998, 9.991, de 24 de julho de 2000, 10.438, de 26 de abril de 2002, e dá outras providências. Lei 10.848, de 15.3.04. D.O.U. de 12/12/2003, Extra.

Avaliação do Ensino Superior – Provão

Medida Provisória nº 147, de 15/12/2003 - Institui o Sistema Nacional de Avaliação e Progresso do Ensino Superior e dispõe sobre a avaliação do ensino superior. (Provão). Lei 10.861, de 14.4.04. D.O.U. de 16/12/2003.

PL dos Transgênicos – Política Nacional de Biossegurança

Projeto de Lei Estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados – OGM e seus derivados, cria o Conselho Nacional de Biossegurança - CNBS, reestrutura a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, dispõe sobre a Política Nacional de Biossegurança e dá outras providências. (Transgênicos) D.O.U. de 31/10/2003, Extra.

Responsabilidade do Estado – atentados terroristas

Medida Provisória nº 126, de 31/07/2003 - Promulgada - Dispõe sobre a assunção, pela União, de responsabilidades civis perante terceiros no caso de atentados terroristas, atos de guerra ou eventos correlatos, contra aeronaves de matrícula brasileira operadas por empresas brasileiras de transporte aéreo público, excluídas as empresas de táxi aéreo. Lei 10.744, de 9.10.03 - D.O.U. de 01/08/2003.

Programa Primeiro Emprego para os Jovens

30/06/2003 Projeto de Lei Cria o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os Jovens - PNPE, acrescenta dispositivo à Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, e dá outras providências. Regime de Urgência. D.O.U. de 01/07/2003.

Indenização às famílias das vítimas do acidente em Alcântara

Projeto de Lei Concede indenização, a título de reparação de danos, às famílias das vítimas do acidente ocorrido em 22 de agosto de 2003 na Base Aérea de Alcântara, e dá outras providências. Regime de Urgência - D.O.U. de 05/09/2003.

PEC da Reforma Tributária

Proposta de Emenda Constitucional -Altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências. (Reforma Tributária) - D.O.U. de 02/05/2003.

PEC da Reforma da Previdência

Proposta de Emenda Constitucional - Modifica os artigos 37, 40, 42, 48, 96, 142 e 149 da Constituição Federal, o artigo 8º da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, e dá outras providências. (Reforma da Previdência) - D.O.U. de 02/05/2003.

Propaganda de cigarros

Medida Provisória nº 118, de 03/04/2003 - Altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas,

nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal. Lei 10.702, de 14.7.03 - D.O.U. de 04/04/2003.

Comercialização da soja transgênica

Medida Provisória nº 113, de 26/03/2003 - Estabelece normas para a comercialização da produção de soja da safra de 2003 e dá outras providências. Lei 10.688, de 13.6.03 - D.O.U. de 27/03/2003.

Atuação na Advocacia-Geral da União

CRIAÇÃO DA OUVIDORIA-GERAL DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

A Ouvidoria-Geral da Advocacia-Geral da União, criada pelo Ato Regimental nº 3, de 15/08/2007, com o objetivo de receber denúncias e reclamações, identificar o órgão competente para tratar a questão – interna ou externamente – e acompanhar o andamento da demanda até a sua conclusão, zelando para que o interessado seja informado sobre o seu andamento.

CRIAÇÃO DA CÂMARA DE CONCILIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL NA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

A Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal – CCAF, criada pelo Ato Regimental nº 5, de 27/09/2007, como órgão interno à Consultoria-Geral da União, com a finalidade de identificar os litígios entre órgãos e entidades da Administração Federal; manifestar-se quanto ao cabimento e à possibilidade de conciliação; buscar a conciliação entre órgãos e entidades da Administração Federal; e supervisionar as atividades conciliatórias no âmbito de outros órgãos da Advocacia-Geral da União.

IDEALIZADOR E REALIZADOR DO CONGRESSO BRASILEIRO DAS CARREIRAS JURÍDICAS DE ESTADO – BRASÍLIA – 2008

O Congresso Brasileiro das Carreiras Jurídicas de Estado reuniu em Brasília todas as carreiras jurídicas do Estado Brasileiro: Magistratura Federal e Estadual, Comum e Especializadas, Ministério Público Federal, Estadual, Trabalhista, Militar e Eleitoral, Advocacia Pública Federal, Estadual, Distrital e Municipal, Defensoria Pública Federal e Estadual e, ainda, Delegados de Polícia Federal e Estadual, Peritos Federais e membros do Ministério Público de Contas e dos Tribunais de Contas.

Na Cerimônia de Abertura estiveram presentes o Presidente da República e o Vice-presidente da República, o Presidente do Congresso Nacional e da Câmara de Deputados e o Presidente do Supremo Tribunal Federal, o Procurador-Geral da República.

Com a participação dos setores empresariais do País, 1500 membros de carreiras jurídicas discutiram e debateram por quatro dias, em Brasília—DF, os vinte anos da Constituição Federal e as alternativas para a melhor prestação dos serviços judiciais estatais.

As Conclusões do Congresso Brasileiro das Carreiras Jurídicas de Estado estão publicadas em livro pela Editora Lumen Juris, tendo sido adotadas algumas dessas em proposições administrativas e legislativas.

Acesso (www.carreirasjuridicas.com.br)

CRIAÇÃO DO NÚCLEO DE GESTÃO ESTRATÉGICA - NUGE

O Núcleo de Gestão Estratégica – NUGE foi criado por meio do Ato Regimental nº 3/2009, com a finalidade de coordenar o processo de elaboração do Planejamento Estratégico e a implantação da Gestão Estratégica na Advocacia Pública

CRIAÇÃO DA COMISSÃO DE ÉTICA DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

A Comissão de Ética da Advocacia-Geral da União, lançada no III Seminário Brasileiro da Advocacia Pública Federal, objetiva a revisão das normas que dispõem sobre conduta ética na Administração Pública Federal, além de elaborar e propor a instituição do Código de Conduta no âmbito da Advocacia-Geral da União.

IDEALIZADOR E REALIZADOR DO I, II E III SEMINÁRIO BRASILEIRO SOBRE ADVOCACIA PÚBLICA FEDERAL

Os Seminários Brasileiros sobre Advocacia Pública Federal reúnem em Brasília, anualmente, os integrantes das carreiras jurídicas (Advogado da União, Procurador da Fazenda, Procurador Federal, Procuradores do Banco Central e membros do Quadro Suplementar) e servidores, para discutir temas relacionados a defesa do Estado, redução de litigiosidade e a gestão estratégica da AGU.

SÚMULAS DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

Os enunciados da Súmula Administrativa da Advocacia-Geral da União são resultado da consolidação da jurisprudência iterativa dos Tribunais Superiores,

que servem à orientação dos membros da AGU (Lei Complementar nº 73/1993, art. 4º inc. XII):

Enunciado AGU Nº 45, de 14 de setembro de 2009

Ementa: Os benefícios inerentes à Polícia Nacional para a integração da Pessoa Portadora de Deficiência devem ser estendidos ao portador de visão monocular, que possui direito de concorrer em concurso público, à vaga reservada aos deficientes.

Enunciado AGU Nº 44, de 14 de setembro de 2009

Ementa: É permitida a cumulação do benefício de auxílio-acidente com benefício de aposentadoria quando a consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, que resultem seqüelas definitivas, nos termos do art. 86 da Lei nº 8.213/91, tiver ocorrido até 10 de novembro de 1997, inclusive, dia imediatamente à entrada em vigor da medida Provisória nº 1.596-14, convertida na Lei nº 9.528/97, que passou a vedar tal cumulação.

Enunciado AGU Nº 43, de 30 de agosto de 2009

Ementa: Os servidores públicos inativos e pensionistas, com benefícios anteriores à edição da Lei nº 10.404/2002, têm direito ao pagamento da Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa - GDATA nos valores correspondentes a: (i) 37,5 (trinta e sete vírgula cinco) pontos no período de fevereiro a maio de 2002 (art. 6º da Lei nº 10.404/2002 e Decreto nº 4.247/2002); (ii) 10 (dez) pontos, no período de junho de 2002 até a conclusão dos efeitos do último ciclo de avaliação a que se refere o art. 1º da Medida Provisória nº 198/2004 (art. 5º, parágrafo único, da Lei nº 10.404/2002, art. 1º da Lei nº 10.971/2004 e 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003); e (iii) 60 (sessenta) pontos, a partir do último ciclo de avaliação de que trata o art. 1º da Medida Provisória nº 198/2004 até a edição da Lei nº 11.357, de 16 de outubro de 2006.

Enunciado AGU Nº 42, de 30 de outubro de 2008

Ementa: A Súmula nº 20, da Advocacia-Geral da União, passa a vigorar com a seguinte redação: Os servidores administrativos do Poder Judiciário e do Ministério Público da União têm direito ao percentual de 11,98%, relativo à conversão de seus vencimentos em URV. 5.1.5.

Enunciado AGU Nº 41, de 08 de outubro de 2008

Ementa: A multa prevista no artigo 15, inciso I, alínea e, da Lei nº 8.025/90, relativa à ocupação irregular de imóvel funcional, será aplicada somente após o trânsito em julgado da ação de reintegração de posse, ou da ação em que se discute o direito à aquisição do imóvel funcional.

Enunciado AGU Nº 40, de 16 de setembro de 2008

Ementa: Os servidores públicos federais, aposentados na vigência do Regime Jurídico Único, têm direito à percepção simultânea do benefício denominado

“quintos”, previsto no art. 62, § 2º, da Lei nº 8.112/1990, com o regime estabelecido no art. 192 do mesmo diploma.

Enunciado AGU Nº 39, de 16 de setembro de 2008

Ementa: São devidos honorários advocatícios nas execuções, não embargadas, contra a Fazenda Pública, de obrigações definidas em lei como de pequeno valor (art. 100, § 3º, da Constituição Federal).

Enunciado AGU Nº 38, de 16 de setembro de 2008

Ementa: Incide a correção monetária sobre as parcelas em atraso não prescritas, relativas aos débitos de natureza alimentar, assim como aos benefícios previdenciários, desde o momento em que passaram a ser devidos, mesmo que em período anterior ao ajuizamento de ação judicial.

Enunciado AGU Nº 37, de 16 de setembro de 2008

Ementa: Incidem juros de mora sobre débitos trabalhistas dos órgãos e entidades sucedidos pela União, que não estejam sujeitos ao regime de intervenção e liquidação extrajudicial previsto pela Lei nº 6.024/74, ou cuja liquidação não tenha sido decretada por iniciativa do Banco Central do Brasil.

Enunciado AGU Nº 36, de 16 de setembro de 2008

Ementa: O ex-combatente que tenha efetivamente participado de operações bélicas durante a Segunda Guerra Mundial, nos termos da Lei nº 5.315, de 12 de setembro de 1967, tem direito à assistência médica e hospitalar gratuita, extensiva aos dependentes, prestada pelas Organizações Militares de Saúde, nos termos do artigo 53, IV, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Legislação Pertinente: art. 53, IV, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Enunciado AGU Nº 35, de 16 de setembro de 2008

Ementa: O exame psicotécnico a ser aplicado em concurso público deverá observar critérios objetivos, previstos no edital, e estará sujeito a recurso administrativo.

Enunciado AGU Nº 34, de 16 de setembro de 2008

Ementa: Não estão sujeitos à repetição os valores recebidos de boa-fé pelo servidor público, em decorrência de errônea ou inadequada interpretação da lei por parte da Administração Pública.

Enunciado AGU Nº 33, de 16 de setembro de 2008

Ementa: É devida aos servidores públicos federais civis ativos, por ocasião do gozo de férias e licenças, no período compreendido entre outubro/1996 e dezembro/2001, a concessão de auxílio-alimentação, com fulcro no art. 102 da Lei nº 8.112/90, observada a prescrição quinquenal.

Enunciado AGU Nº 32, de 09 de junho de 2008

Ementa: Para fins de concessão dos benefícios dispostos nos artigos 39, inciso I

e seu parágrafo único, e 143 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, serão considerados como início razoável de prova material documentos públicos e particulares dotados de fé pública, desde que não contenham rasuras ou retificações recentes, nos quais conste expressamente a qualificação do segurado, de seu cônjuge, enquanto casado, ou companheiro, enquanto durar a união estável, ou de seu ascendente, enquanto dependente deste, como rurícola, lavrador ou agricultor, salvo a existência de prova em contrário.

Enunciado AGU Nº 31, de 09 de junho de 2008

Ementa: É cabível a expedição de precatório referente a parcela incontroversa, em sede de execução ajuizada em face da Fazenda Pública.

Enunciado AGU Nº 30, de 09 de junho de 2008

Ementa: A incapacidade para prover a própria subsistência por meio do trabalho é suficiente para a caracterização da incapacidade para a vida independente, conforme estabelecido no art. 203, V, da Constituição Federal, e art. 20, II, da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993.

Enunciado AGU Nº 29, de 09 de junho de 2008

Ementa: Atendidas as demais condições legais, considera-se especial, no âmbito do RGPS, a atividade exercida com exposição a ruído superior a 80 decibéis até 05/03/97, superior a 90 decibéis desta data até 18/11/2003, e superior a 85 decibéis a partir de então.

Enunciado AGU Nº 28, de 09 de junho de 2008

Ementa: O pagamento das parcelas atrasadas de benefício previdenciário deve ocorrer sempre com correção monetária, independentemente de ocorrência de mora e de quem lhe deu causa, vez que representa mera atualização da moeda.

Enunciado AGU Nº 27, de 09 de junho de 2008

Ementa: Para concessão de aposentadoria no RGPS, é permitido o cômputo do tempo de serviço rural exercido anteriormente à Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, independente do recolhimento das contribuições sociais respectivas, exceto para efeito de carência.

Enunciado AGU Nº 26, de 09 de junho de 2008

Ementa: Para a concessão de benefício por incapacidade, não será considerada a perda da qualidade de segurado decorrente da própria moléstia incapacitante.

Enunciado AGU Nº 25, de 09 de junho de 2008

Ementa: Será concedido auxílio-doença ao segurado considerado temporariamente incapaz para o trabalho ou sua atividade habitual, de forma total ou parcial, atendidos os demais requisitos legais, entendendo-se por incapacidade parcial aquela que permita sua reabilitação para outras atividades laborais.

Enunciado AGU Nº 24, de 09 de junho de 2008

Ementa: É permitida a contagem, como tempo de contribuição, do tempo exercido na condição de aluno-aprendiz referente ao período de aprendizado profissional realizado em escolas técnicas, desde que comprovada a remuneração, mesmo que indireta, à conta do orçamento público e o vínculo empregatício.

INSTRUÇÕES NORMATIVAS DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

Os enunciados da Instrução Normativa da Advocacia-Geral da União são resultado da consolidação da jurisprudência iterativa dos Tribunais Superiores, que servem à orientação dos membros da AGU, com aplicação aos processos administrativos (Lei Complementar nº 73/1993, art. 4º inc. XII):

INSTRUÇÃO NORMATIVA AGU Nº 2, DE 08 SETEMBRO DE 2008

Ementa: Alteração da Instrução Normativa nº 3, de 2006, referente as ações movidas por mutuários em face das entidades integrantes do Sistema Financeiro da Habitação - SFH, cujos pedidos versem sobre a cobertura de saldos devedores remanescentes da liquidação de contratos de financiamento habitacional pelo Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS.

Instrução Normativa AGU Nº 1, de 14 fevereiro de 2008

Ementa: Dispõe que os órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal ficam autorizados a não propor ações e a desistir daquelas em curso, ou dos respectivos recursos, quando o crédito atualizado for de valor igual ou inferior a R\$ 1.000,00 (mil reais), salvo em caso contrário, e autoriza o parcelamento de débitos oriundos, exclusivamente, de honorários de sucumbência em parcelas mensais e sucessivas até o máximo de 30 (trinta), nos termos do art. 2º, caput, da Lei nº 9.469, de 1997, observados os limites que especifica.

Instrução Normativa AGU Nº 5, de 21 junho de 2007

Ementa: Dispõe que os órgãos de representação judicial da AGU e da PGF não recorrerão das decisões que acolherem embargos de terceiro opostos na execução fiscal por promitente-comprador titular de compromisso de compra e venda, registrado ou não, nas condições que especifica.

Instrução Normativa AGU Nº 4, de 16 fevereiro de 2007

Ementa: Os órgãos de representação judicial da Advocacia-Geral da União, da Procuradoria-Geral Federal e da Procuradoria-Geral do Banco Central do Brasil e seus integrantes não recorrerão de decisão judicial que excluir a incidência de multa fiscal sobre massa falida regida pela legislação anterior à Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005; e desistirão de recurso já interposto.

Instrução Normativa AGU Nº 3, de 06 fevereiro de 2007

Ementa: Dispõe que os órgãos de representação judicial da Advocacia-Geral da União, da Procuradoria-Geral Federal e da Procuradoria-Geral do Banco Central do Brasil e seus integrantes não recorrerão de decisão judicial que determinar a expedição de certidão positiva de débito com efeito de negativa, estando regular o parcelamento da dívida, com o cumprimento, no prazo, das obrigações assumidas pelo contribuinte; e desistirão de recurso já interposto contra a decisão.

PARECERES NORMATIVOS DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

Os Pareceres Normativos da Advocacia-Geral da União fixam a interpretação da Constituição, das leis, dos tratados e dos demais atos normativos, a serem seguidos uniformemente pelos órgãos e entidades da Administração Federal (Lei Complementar nº 73/1993, art. 4º inc. X):

Parecer nº JT – 04, de 27 de maio de 2009.

Definição sobre a legitimidade para firmar Termo de Ajustamento de conduta em nome da União.

Parecer nº JT – 03, de 27 de maio de 2009.

Recondução ao Serviço Público Federal – Servidor Público Estadual que desiste do Estágio Probatório.

Parecer nº JT – 02, de 02 de outubro de 2008.

Repactuação como espécie de reajustamento – Termo a quo do prazo de um ano para requerer a repactuação – efeitos financeiros da repactuação – termo final para requerer a repactuação.

Parecer nº JT – 01, de 27 de novembro de 2007.

Anistiados do Governo Collor.

REPRESENTAÇÃO JUDICIAL NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

NOS ANOS DE 2007, 2008 E 2009 (ATÉ JUNHO)

A atividade de representação judicial da União no Supremo Tribunal Federal é atribuição do Advogado-Geral da União.

No período de março de 2007 a julho de 2009 foram protocolizadas 3.284 manifestações judiciais no Supremo Tribunal Federal e 280 memoriais distribuídos no mesmo tribunal em demandas de controle de constitucionalidade.

DEFESA DE ASPECTOS RELATIVOS À IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS DO ESTADO BRASILEIRO, DENTRE AS QUAIS SE DESTACAM:

Programa de Aceleração do Crescimento;

Demarcação de áreas indígenas;

Aspectos jurídicos da desapropriação para fins de reforma agrária;

Proteção do meio ambiente, especialmente no tocante à compensação ambiental;

Impedimento à importação de pneus usados;

Defesa da constitucionalidade do sistema de quotas nas universidades públicas;

Comunidades quilombolas;

FUNDEB/FUNDEF;

Incorporação de quintos – Servidores Públicos;

Pesquisas com células-tronco;

Fidelidade partidária – Resolução TSE;

Programa Universidade para Todos – PROUNI;

Passaporte livre para idosos e portadores de necessidades especiais;

Invasão de imóvel como causa suspensiva de procedimento de reforma agrária;

Sigilo bancário e acesso direto a dados pelo Fisco;

Atribuição de responsabilidade subsidiária da União nos contratos de trabalho das empresas terceirizadas;

Expropriação de terras cultivadas plantas psicotrópicas – art. 243 da Constituição Federal;

Incidência do ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS;

Repercussão Geral em relação à Medicamentos; e

Transporte rodoviário interestadual de passageiros.

ARTIGOS DE LIVROS E REVISTAS

A transformação é uma porta que só se abre por dentro. Anuário da Justiça Brasil, Consultor Jurídico, 2018. <https://www.conjur.com.br/2018-abr-26/dias-toffoli-transformacao-porta-abre-dentro>

Poder Moderador no Brasil: os Militares e o Supremo Tribunal Federal. A Constituição entre o Direito e a Política: o Futuro das Instituições – Estudos em homenagem a José Afonso da Silva, Rio de Janeiro, GZ Editora e OAB Editora, p. 113-150, 2018.

Os caminhos da Cidadania e do Voto no Brasil, um Panorama Histórico. Reforma Política – Brasil República: Em homenagem ao Ministro Celso de Mello, Brasília, OAB, Conselho Federal, p. 67-87, 2017.

A competência do Supremo Tribunal Federal para julgar ações em que se impugnam decisões do Conselho Nacional de Justiça. Revista do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, Brasília, TRF 1, p. 21-33, novembro/dezembro 2017.

O Financiamento Eleitoral nos Estados Unidos: *Citizens United v. FEC e os superPAC*. Revista de Direito Eleitoral e Político, Campo Grande, Escola Judiciária Eleitoral - TRE/MS, p. 9-26, novembro 2017.

Os Direitos Políticos dos Povos Indígenas no Brasil. Refugiados, Imigrantes e Igualdade dos Povos – Estudos em Homenagem a Antonio Guterres, São Paulo, Editora Quartier Latin do Brasil, p. 775-778, 2017.

Democracy in Brazil: The Evolving Role of the Country's Supreme Court. Boston College International and Comparative Law Review, Hannover, Vol. XL, nº 2, p. 245-259, 2017.

Los Derechos Políticos de los Pueblos Indígenas en Brasil. *Diálogos Judiciales en el Sistema Interamericano de Derechos Humanos*, Valencia, Editorial Tirant lo Blanch, 1ª Edição, p. 129-136, 2017.

A Evolução do Papel do Supremo Tribunal Federal no Brasil. Constituição, Direitos Fundamentais e Política: Estudos em homenagem ao Professor José Joaquim Gomes Canotilho, Belo Horizonte, Editora Fórum, p. 135-147, 2017.

Improbidade Administrativa e seus reflexos sobre a elegibilidade do cidadão. Improbidade Administrativa: Temas Atuais e Controvertidos, Rio de Janeiro, Editora Forense, p. 159-176, 2017.

Movimento Conciliatório e a Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal (CCAF): Breves Considerações. Revista de Arbitragem e Mediação, São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, ano 13, vol. 50, julho/setembro, p. 229-240, 2016.

Perspectiva histórico-constitucional dos Municípios e dos consórcios intermunicipais na federação brasileira. Estudos em Homenagem ao Conselheiro Presidente Rui Moura Ramos, Coimbra/Portugal, Editora Almedina, v. II, p. 1205-1230, julho 2016.

O Poder Judiciário e o Brasil. Superando o Drama Brasileiro - Brasil - 2022: Bicentenário da Independência, Rio de Janeiro, Instituto Nacional de Altos Estudos-INAÉ/ Fórum Nacional, 1ª Edição, p. 19-22, 2016.

O Tribunal Superior Eleitoral e as Eleições Gerais de 2014. Revista Jurídica Eletrônica *Verba Legis*, 11ª edição, Tribunal Regional Eleitoral de Goiás, 2016.

O uso das redes sociais nas eleições e nos processos eleitorais – o sistema brasileiro. Revista Justiça & Cidadania, Edição 188, p. 24-26, abril 2016.

O Tribunal Superior Eleitoral e as Eleições Gerais de 2014. Balanço das Eleições de 2014, Brasília, Tribunal Superior Eleitoral, p. 11-32, 2015.

Reforma do Poder Judiciário: contributos do Ministro José Geraldo Rodrigues de Alckmin e reflexões sobre as necessidades contemporâneas. Centenário José Geraldo Rodrigues Alckmin, São Paulo, Editora IASP, 1ª Edição, p. 193-212, 2015.

O financiamento eleitoral nos Estados Unidos: *Citizens United v. FEC* e os *super PAC*. Direito, Economia e Política: Ives Gandra, 80 Anos do Humanista, São Paulo, Editora IASP, 1ª Edição, p. 115-130, 2015.

Perspectiva Histórico-Constitucional dos Municípios e dos Consórcios Intermunicipais na Federação Brasileira. Juiz Constitucional: Estado e poder no século XXI: Homenagem ao Ministro Enrique Ricardo Lewandowski, São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, p. 263-287, 2015

Coerência e Coragem. Marco Aurélio Mendes de Farias Mello. Ciência e Consciência, Editora Migalhas, v. Ciência, p. 105-123, 2015.

Coerência e Coragem. Revista Justiça & Cidadania, Ministro Marco Aurélio 25 anos no STF, Edição 179, p. 16-17, julho 2015.

A Competência do Supremo Tribunal Federal para julgar ações em que se impugnam decisões do Conselho Nacional de Justiça. O Conselho Nacional de Justiça e sua Atuação como Órgão do Poder Judiciário – Homenagem aos 10 anos do CNJ, São Paulo, Quartier Latin, p. 79-100, 2015.

A Jurisdição Constitucional e o Processo de Convergência entre os Sistemas do *Common Law* e do *Civil Law* no Brasil. O Direito nos Tribunais Superiores: com ênfase no novo direito processual civil, 1ª Edição, Bonijuris, p. 207-227, 2015. Co-Autora: Daiane Nogueira de Lira

Quem financia a Democracia no Brasil? Revista Interesse Nacional, ano 7, n. 28, p. 08-19, janeiro/março 2015.

Notas Jurídico-Históricas sobre os Conflitos Federativos e Patrimonialismo no Estado Brasileiro. Revista Procuradoria da Câmara Municipal de São Paulo, v. 2, n. 1, p. 13- 26, janeiro/dezembro 2013.

O Sistema Constitucional de Representação Proporcional no Brasil e o Processo Histórico de Implantação do Sistema de Listas Abertas. A Constituição de 1988 na Visão dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, Edição Comemorativa, p. 155-168, 2013.

Notas Jurídico-Históricas sobre os Conflitos Federativos e Patrimonialismo no Estado Brasileiro. Estudos Jurídicos: em homenagem ao Ministro Cesar Asfor Rocha, Ribeirão Preto, Migalhas, v.2, p. 176-197, 2012.

Prerrogativas constitucionais da propaganda comercial. Autorregulamentação e Liberdade de Expressão – A Receita do Conar, p. 63-70, ano 2010. Coordenação Ricardo Kotscho.

Breves considerações sobre a fraude ao direito Eleitoral. Revista Brasileira de Direito Eleitoral-RBDE, Belo Horizonte, ano 1, n. 1, p. 45-61, jul./dez. 2009.

A AGU na Defesa do Estado e do Cidadão
Consultor Jurídico – 04 de fevereiro de 2009.

A Excelência da Advocacia na Defesa do Estado e do Cidadão. Revista do Procurador Federal, Ano 8, n. 5, Dezembro de 2008.

Direitos fundamentais: uniões homoafetivas: servidor público: normas estaduais que impedem a equiparação do companheiro de relação homoafetiva como familiar: preliminares: conhecimento parcial da ação: falta de pertinência temática e de interesse processual. Ciência Jurídica, v. 22, n. 142, p. 333-348, jul./ago. de 2008 – Autor Secundário: Rodrigo de Souza Aguiar.

Os 15 anos da Advocacia-Geral da União. Consulex: Revista Jurídica, v.12, n. 269, p. 24-25, mar. de 2008.

A Constitucionalidade da Lei de Biossegurança. Memorial apresentado pelo Advogado Geral da União no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 3510 no Supremo Tribunal Federal. In: Coletânea de Estudos Jurídicos em comemoração ao Bicentenário da Justiça Militar do Brasil. Brasília, Editora STM, 1ª edição, p. 404-407, 2008.

Que tipo de representação – Voto Simples, Distrital ou Misto? Direito e Democracia – Debates sobre Reforma Política e Eleições, Rio de Janeiro, Escola Judiciária Eleitoral – TRE-RJ, p. 59-65, 2008. Organizado por Marcio A. Mendes Costa

Mecanismos de cooperação jurídica internacional no Brasil. Manual de cooperação jurídica internacional e recuperação de ativos: Cooperação em Matéria Penal / Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Justiça, Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional, 1ª edição, p. 21-29, 2008. Co-Autora: Virgínia Charpinel Junger Cestari.

O papel da AGU em suas várias vertentes
Consulex : Revista Jurídica, v.11, n. 252, 6 de agosto de 2007.

ARTIGOS DE JORNAIS

Reino Unido Portugal-Brasil

Folha de São Paulo – 16 de dezembro de 2015

Co-autores: Jorge Miranda e Otávio Luiz Rodrigues Junior

Maioria minoritária

Folha de São Paulo – 26 de março de 2015

Voting in Brazil

Indian Express – 21 de fevereiro de 2015

A quarta maior democracia do mundo

Folha de São Paulo – 19 de outubro de 2014

A primeira Constituição do Brasil

Folha de São Paulo - 25 de março de 2014

Co-autor: Otávio Luiz Rodriguez

A Excelência da Advocacia Pública na Defesa do Estado e do Cidadão

Jornal Valor Econômico - 04 de fevereiro de 2009

A Excelência da Advocacia Pública

Jornal O Estado do Maranhão - 08 de fevereiro de 2009

AGU, 15 anos

Folha de S. Paulo - Opinião - 11 de fevereiro de 2008

OBRA PUBLICADA

Sistema Político e Direito Eleitoral Brasileiros: Estudos em Homenagem ao Ministro Dias Toffoli

Coordenadores: João Otávio de Noronha e Richard Pae Kim

São Paulo: Atlas, 2016.

Auto Biografia de Hans Kelsen, Ministro José Antonio Dias Toffoli e Otavio Luiz Rodrigues Junior.

Brasília: Forense Universitária, 2011.

PREFÁCIOS E APRESENTAÇÕES DE LIVROS

Prefácio da Obra: Reflexões sobre Justiça e Educação.
Organização: Todos pela Educação
São Paulo: Editora Moderna, 2017.

Posfácio da Obra: Prisão e Medidas Cautelares Diversas – A Individualização da Medida Cautelar no Processo Penal.
Autor: Rodrigo Capez
São Paulo: Quartier Latin, 2017.

Posfácio da Obra: Mandado de Segurança e Ações Constitucionais – Edição Comemorativa do Centenário de Hely Lopes Meirelles (1917-2017) e Cinquentenário da 1ª edição.
Autores: Hely Lopes Meirelles, Arnaldo Wald e Gilmar Ferreira Mendes
São Paulo: Malheiros, 2016

Prefácio da Obra: Advocacia Pública Federal: Afirmação como Função essencial à Justiça.
Organizadores: Aldemario Araujo Castro e Rommel Macedo
Brasília: OAB, Conselho Federal, 2016

Prefácio da Obra: Ficha Limpa – Impacto nos tribunais: tensões e confrontos.
Coordenadora: Monica Herman Caggiano
São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014.

Apresentação da Obra: Conclusões do II Congresso Brasileiro das Carreiras Jurídicas de Estado.
Brasília: IP Editora, 2011

Prefácio da Obra: Responsabilidade Civil Contemporânea: Em Homenagem a Sílvio de Salvo Venosa
Autores: Gladston Mamede, Maria Vital da Rocha e Otavio Luiz Rodrigues
São Paulo: Atlas, 2011.

Prefácio da Obra: Clóvis Beviláqua - Um Senhor Brasileiro.
Autor: Cássio Schubsky
São Paulo: Lettera, 2010.

Prefácio da Obra: Suspensão de Tutelas Jurisdicionais contra o Poder Público: Atualizado pela recente Lei nº 12.016, de 7.8.2009.
Autora: Isabel Cecília de Oliveira Bezerra
Belo Horizonte: Editora Fórum, 2009

Apresentação dos Anais da VI Conferência dos Advogados do DF – 2008 – Constituição, Estado e Direito.
Vários Autores
Brasília: OAB-DF e Escola da AGU, 2008

Apresentação da Obra: Regulação Pública da Economia no Brasil
Introdução e Coordenação: Rogério Emílio de Andrade
Campinas: Edicamp, 2003

Entrevistas

Entrevista ao Programa AGU Explica Facebook – edição especial – pauta: Registro Civil Nacional – 14 de novembro de 2015.

Entrevista ao Programa de debates Canal Livre da Rede Bandeirantes – 09 de novembro de 2015.

Entrevista ao Jornalista Marcos Losekann do Programa Fantástico da Rede Globo – pauta: Registro Civil Nacional – 1º de novembro de 2015.

Entrevista à Jornalista Renata Mariz do Jornal O Globo – pauta: Registro Civil Nacional – 28 de outubro de 2015.

Entrevista ao Consultor Jurídico – pauta: Registro Civil Nacional – 21 de setembro de 2015.

Entrevista ao Tribunal Regional Eleitoral da Bahia – pauta: Reforma Política, Segurança das Eleições e Democracia. – 1º de setembro de 2015.

Entrevista ao Jornalista Gabriel Mascarenhas da Folha de São Paulo – 21 de junho de 2015.

Entrevista ao Jornal Nacional da Rede Globo – pauta: Congresso Internacional Financiamento Eleitoral e Democracia – 11 de junho de 2015.

Entrevista ao Jornal Nacional da Rede Globo – pauta: Transferência para 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal – 11 de março de 2015.

Entrevista ao Programa Fantástico da Rede Globo – pauta: Compra de votos – 08 de março de 2015.

Entrevista ao Jornal Indiano *The Hindu* – pauta: *Brazil may ban corporate donations to political parties* - 20 de fevereiro de 2015.

Entrevista ao Jornal *Listin Diario* da República Dominicana – 31 de janeiro de 2015.

Entrevista à TV Canção Nova – pauta: Contas Partidárias – 05 de janeiro de 2015.

Entrevista ao Jornal Nacional – pauta: Contas Partidárias – 05 de janeiro de 2015.

Entrevista para a Revista FECOMÉRCIO/SP – Um Brasil: Análises e Discussões sobre um povo em busca de uma identidade n. 2 - pauta: O Financiamento empresarial da democracia ocupa um espaço que é do cidadão. 2015.

Entrevista à Revista Dialógico do Movimento do Ministério Público Democrático – dezembro de 2014.

Entrevista para o Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP) - pauta: Repercussão Geral - 12 de dezembro de 2014.

Entrevista ao Programa Jô Soares da Rede Globo – pauta: Eleições 2014 – 17 de novembro de 2014

Entrevista à Fundação Getúlio Vargas (FGV). Projeto de Pesquisa: “O Supremo por seus Ministros” – 20 de outubro de 2014.

Entrevista ao Programa Fantástico da Rede Globo – pauta: Compra de Votos nas Eleições de 2012 - 07 de setembro de 2014.

Entrevista ao Jornal Nacional – pauta: Segurança da Urna Eletrônica – 04 de setembro de 2014.

Entrevista à Jornalista Amanda Klein – Rede TV – pauta: Assuntos diversos, tais como AP 470, lentidão do judiciário, impunidade - 31 de agosto de 2014.

Entrevista ao Jornalista Kennedy Alencar - Sistema Brasileiro de Televisão (SBT) – pauta: Morte de Eduardo Campos e Cenário Político Atual – 16 de agosto de 2014.

Entrevista para a Central Nacional de Televisão – pauta: Eleições 2014 (importância do voto, segurança da urna eletrônica, identificação biométrica, perfil do eleitorado) – 11 de agosto de 2014.

Entrevista para o Documentário da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo – FECOMÉRCIO/SP – pauta: Sistema Eleitoral Brasileiro – 30 de setembro de 2014.

Entrevista à Jornalista Teresa Mello – Revista Encontro – pauta: Eleições 2014 - 20 de junho de 2014.

Entrevista à TV Câmara - pauta: "Limite de gastos para Campanha" – 16 de junho de 2014.

Entrevista ao Jornalista Alexandre Garcia - Globo News – pauta: Eleições 2014
11 de junho de 2014.

Entrevista à Rádio CBN – pauta: Poderes de investigação do Ministério Público - 16 de maio de 2014.

Entrevista à Jornalista Sônia Filgueiras – Jornal Brasil Econômico – 19 de março de 2014.

Entrevista à Jornalista Maria Lídia Flandoli - TV Gazeta de São Paulo – 07 de março de 2014.

Entrevista ao Jornalista Pedro Canário para o Anuário da Justiça – 07 de fevereiro de 2014.

Entrevista à TV Justiça para o Documentário "25 anos da Constituição Federal de 1988" - 12 de setembro de 2013.

Entrevista ao Jornalista Paulo Passos – SINPROFAZ – 02 de setembro de 2013.

Entrevista ao Jornal O Liberal de Belém/PA – pauta: "O novo Código de Processo Civil a ser votado pelo Congresso Nacional"- 19 de agosto de 2013.

Entrevista ao Programa "Poder e Política" - Grupo Folha em Brasília – entrevistado por Fernando Rodrigues e Felipe Seligman – 10 de junho de 2013.

Entrevista à TV Justiça - pauta: Designação como Relator das Resoluções das Eleições de 2014 – 03 de abril de 2013.

Entrevista à Jornalista Viviane Cristina da Ponte para ANFIP – 25 de março de 2013.

Entrevista ao Jornalista Kennedy Alencar – Rede TV – 20 de abril de 2012.

Entrevista ao Jornal O GLOBO – 20 de abril de 2012.

Entrevista ao Jornal O Estado de São Paulo – 20 de abril de 2012.

Entrevista ao Jornal Folha de São Paulo – 20 de abril de 2012.

Entrevista para o Programa "Brasília ao Vivo" da Record News. Pauta: A atuação do Ministro, grandes desafios no ano judiciário, entre outros assuntos –

Apresentadores: Christina Lemos e Luiz Fara Monteiro – 14 de fevereiro de 2012.

Entrevista aos Jornalistas Eumano Silva e Leonel Rocha da Revista Época – pauta: O CNJ tira poderes das elites estaduais - 09 de Janeiro de 2012.

Entrevista à Rádio Justiça - pauta: Lançamento do livro Responsabilidade Civil – 06 de abril de 2011.

Entrevista ao Programa Artigo 5º TV Justiça - 31 de março de 2011

Entrevista ao Jornalista Rodrigo Haidar – Consultor Jurídico – Tema: “Se o Juiz cuida do futuro, torna o passado instável” - 20 de fevereiro de 2011.

Entrevista ao Jornalista Rodrigo Haidar – Anuário da Justiça – 07 de dezembro de 2010.

Entrevista à EPTV, afiliada da Rede Globo no interior de São Paulo e Sul de Minas Gerais - pauta: Os trabalhos da Comissão para reforma do Código Eleitoral – 25 de agosto de 2010.

Entrevista sobre a comissão da reforma do Código Eleitoral – INTERLEGIS - 03 de agosto de 2010.

Entrevista ao Jornalista Alessandro Cristo do Consultor Jurídico – Tema: “A Campanha Eleitoral não começa só em julho” - 11 de julho de 2010

Entrevista ao Jornalista Fausto Macedo do Jornal O Estado de São Paulo – Tema: “Pessoa jurídica não vota. Por que doa?” - 10 de julho de 2010.

Entrevista à Editora Lettra, Dr. Cássio Schubsky – pauta: O II Congresso Brasileiro das Carreiras Jurídicas de Estado - 08 e 9 de julho de 2010.

Entrevista ao Jornal Estadão – pauta: O II Congresso Brasileiro das Carreiras Jurídicas de Estado - 08 de julho de 2010.

Entrevista ao canal GLOBO NEWS – pauta: O II Congresso Brasileiro das Carreiras Jurídicas de Estado – 07 de julho de 2010.

Entrevista ao Jornalista Marcone Gonçalves do Jornal Correio Braziliense, 27 de junho de 2010.

Entrevista ao Jornal Correio Braziliense – pauta: O Congresso Brasileiro das Carreiras Jurídicas de Estado – 21 de junho de 2010.

Entrevista a Sra. Vanessa Cabral – Revista Poder – 18 de junho de 2010.

Entrevista ao Jornalista Jeferson Melo e Rayssa Coen (fotógrafa) Revista Diálogos & Debates – 09 de abril de 2010.

Entrevista ao repórter Eurico Batista, da Revista Consultor Jurídico – 19 de março de 2010.

Participação do Ministro Dias Toffoli em programa da Rádio Justiça – 26 de fevereiro de 2010.

Entrevista ao Consultor Jurídico – 20 de outubro de 2009.

Entrevista ao Jornal O Estado de São Paulo – Tema: “Gratidão não se paga com a toga” - 05 de outubro de 2009.

Entrevista aos Jornalistas Valdo Cruz e Vera Magalhães do Jornal Folha de São Paulo – 04 de outubro de 2009.

Entrevista ao Jornalista Otávio Cabral da Revista Veja – 06 de maio de 2009.
Pauta: Direito não é fé.

Entrevista aos Jornalistas Mirella D’Elia e Ricardo Brito do Consultor Jurídico – 14 de março de 2009.

Entrevista à Jornalista Maria Fernanda Erdelyi do Consultor Jurídico – 15 de fevereiro de 2008.

Entrevista ao Jornalista Lu Aiko Otta do Jornal O Estado de São Paulo - 23 de setembro de 2007. Pauta: No Brasil, existe a cultura do litígio.

Entrevista à Jornalista Silvana de Freitas do Jornal Folha de São Paulo – 30 de Julho de 2007. Pauta: Governo pode criar tribunal administrativo.

Entrevista ao Jornalista Léo da Silva da Revista Jurídica Consulex – pauta: O papel da AGU em suas várias vertentes - 15 de julho de 2007.

Entrevista à Jornalista Mariângela Gallucci do Jornal O Estado de São Paulo – 13 de maio de 2007. Pauta: Greve não pode interromper serviços.

Participação como Representante do Brasil em Missões Internacionais

Na qualidade de Presidente do Tribunal Superior Eleitoral participou e proferiu palestra no 1º Debate de Especialistas Eleitorais – *Electoral Law and New Technologies: Legal Challenges* e na 13ª Conferência Europeia dos Órgãos Eleitorais – *New Technologies in Elections: Public Trust and Challenges for Electoral Management Bodies*, promovida pela Autoridade Eleitoral Permanente da Romênia e pelo Conselho Europeu/Comissão de Veneza.

Bucareste/Romênia – 12 a 15 de abril de 2016.

Na qualidade de Presidente do Tribunal Superior Eleitoral participou e proferiu palestra no Seminário *Evaluación de los Procesos Electorales y Propuestas para su Perfeccionamiento* realizado pela Camara Nacional Eleitoral da Argentina.

Buenos Aires/Argentina – 07 de março de 2016.

Na qualidade de Presidente do Tribunal Superior Eleitoral participou e proferiu palestra no evento *Democracy Rebooted: the Future of Technology in Elections* promovido pelo *Atlantic Council*.

Washington/EUA – 09 de outubro de 2015.

Na qualidade de Presidente do Tribunal Superior Eleitoral participou e proferiu palestra no Encontro do Conselho Ministerial dos Estados Membros e Sessão Comemorativa do 20º Aniversário do Instituto Internacional para a Democracia e a Assistência Eleitoral (IDEA Internacional).

Estocolmo/Suécia – 15 a 16 de setembro de 2015.

Na qualidade de Presidente do Tribunal Superior Eleitoral participou e debateu na Conferência Global sobre Dinheiro e Política promovida pelo Tribunal Eleitoral do México e pelo Instituto Internacional para a Democracia e a Assistência Eleitoral (IDEA Internacional).

Cidade do México/México – 03 a 05 de setembro de 2015.

Na qualidade de Presidente do Tribunal Superior Eleitoral participou na 2ª Assembleia Geral e Conferência Internacional da Associação Mundial de Órgãos Eleitorais, organizadas pela Associação Mundial de Órgãos Eleitorais (AWEB). Debateu no Painel nº 05 *El control de gestión y*

transparencia de la información en el actual marco de desarrollo de nuevas tecnologías.

Santo Domingo/República Dominicana – 17 a 22 de agosto de 2015.

Na qualidade de Presidente do Tribunal Superior Eleitoral participou da visita da delegação do Tribunal Superior Eleitoral ao Serviço Público Federal para Informação e Comunicação Tecnológica da Bélgica (FEDICT).

Bruxelas/Bélgica – 27 a 31 de julho de 2015.

Na qualidade de Presidente do Tribunal Superior Eleitoral participou na VII Conferência Iberoamericana sobre Justiça Eleitoral: *Justicia, Integridad y Calidad de la Democracia* e debateu sobre o tema: *Justicia electoral y equidad en la contienda: Financiamiento y acceso a medios de comunicación.*

Cuzco/Peru – 1º a 04 de julho de 2015.

Na qualidade de Presidente do Tribunal Superior Eleitoral e à convite do Governo do Chile apresentou e debateu sobre o tema do Financiamento Político-Eleitoral no Brasil junto ao Conselho Assessor Presidencial contra os Conflitos de Interesse, o Tráfico de Influências e a Corrupção.

Santiago/Chile – 31 de março de 2015.

Na qualidade de Presidente do Tribunal Superior Eleitoral participou e proferiu palestra no Seminário Internacional *Diálogos Judiciales en el Sistema Interamericano de Garantía de Los Derechos Humanos. Implementación de la jurisprudencia de la Corte Interamericana de Derechos Humanos sobre derechos políticos y de participación.*

Barcelona/Espanha – 26 de fevereiro de 2015.

Na qualidade de Presidente do Tribunal Superior Eleitoral proferiu palestra acerca do Sistema Eleitoral Brasileiro na sede do Instituto Internacional para a Democracia e a Assistência Eleitoral (IDEA).

Estocolmo/Suécia – 23 de fevereiro de 2015.

Na qualidade de Presidente do Tribunal Superior Eleitoral proferiu palestra acerca do Sistema Eleitoral Brasileiro na sede da Embaixada do Brasil.

Nova Delhi/Índia – 20 de fevereiro de 2015.

Na qualidade de Presidente do Tribunal Superior Eleitoral participou e debateu no III Foro Internacional de Santo Domingo organizado pelo

Instituto Internacional para a Democracia e a Assistência Eleitoral (IDEA), Fundação Global Democracia e Desenvolvimento (FUNGLODE) e Pontifícia Universidade Católica Madre e Maestra.
Santo Domingo/República Dominicana – 28 a 30 de janeiro de 2015.

Na qualidade de Presidente do Tribunal Superior Eleitoral participou e proferiu palestra no *OECD Forum on Financing Democracy and Avertin Policy Capture* promovido pela Organização para Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OECD), em cooperação com o Instituto Internacional para a Democracia e a Assistência Eleitoral (IDEA) e pela Organização dos Estados Americanos (OEA). Paris/França – 3 a 4 de dezembro de 2014.

Na qualidade de Presidente do Tribunal Superior Eleitoral participou e debateu na *IX Reunión Interamericana de Autoridades Electorales* organizada pelo Departamento para a Cooperação e a Observação Eleitoral da Secretaria de Assuntos Políticos da Organização dos Estados Americanos (DECO), pelo Júri Nacional de Eleições do Peru (JNE) e pelo Departamento Nacional de Processos Eleitorais do Peru (ONPE). Lima/Peru – 22 a 25 de novembro de 2014.

Na qualidade de Presidente do Tribunal Superior Eleitoral participou e proferiu palestra no VII Fórum da Democracia de Bali. *Evolving Regional Democratic Architecture: The Challenges of Political Development, Public Participation, and Socio-Economic Progress in The 21st Century.*
Bali/Indonésia – 10 a 11 de outubro de 2014.

Na qualidade de Presidente do Tribunal Superior Eleitoral participou e debateu na VI Conferência Ibero-americana sobre Justiça Eleitoral. *El papel de la Justicia Electoral como garante de la Integridad Democrática e do Segundo Congreso Anual Diálogo Internacional por La Ética Judicial Electoral.*
México – 27 a 29 de agosto de 2014.

Representante do Supremo Tribunal Federal na III Assembleia da Conferência das Jurisdições Constitucionais dos Países de Língua Portuguesa (CJCPLP)
Benguela/Lobito, Angola – 02 a 05 de junho de 2014.

Representante do Tribunal Superior Eleitoral na V Conferência Ibero-americana sobre Justiça Eleitoral. Participação no Painel 3 *Género y democracia: Participación en política y el acceso a la justicia*

electoral. Santo Domingo/República Dominicana – 2 a 5 de outubro de 2013.

Representante do Supremo Tribunal Federal na Conferência Ibero-americana de Justiça Constitucional.

Cádiz/Espanha – 17 a 20 de maio de 2012.

Representante do Supremo Tribunal Federal na II Assembleia da Conferência das Jurisdições Constitucionais dos Países de Língua Portuguesa (CJCPLP).

Maputo/Moçambique – 14 a 16 de maio de 2012.

Jornadas Jurídicas Portugal-Brasil-Alemanha, Direito Privado e Direito Constitucional.

12 a 14 de abril de 2011.

Tercero Congreso Internacional de Abogacía Pública en el Año del Bicentenario

Buenos Aires/Argentina - 01 de novembro de 2010.

XIII Conferência Judicial Internacional.

Designação do Presidente do TSE – Min. Carlos Velloso

Kiev/Ucrânia – 25 a 27 de maio de 2005.

Agenda para el fortalecimiento de los Partidos Políticos en el Cono Sur, promovido pelo Instituto Interamericano de Derechos Humanos (IIDH).

Observador – Assunção/ Paraguai – 21 e 22 de abril de 2005.

Observador no II Encontro de Cortes Supremas dos Estados Partes e Associados do Mercosul.

Brasília/DF – 28 a 30 de novembro de 2004.

Participação na Comitativa Presidencial em visita a Assunção, por ocasião da instalação do Tribunal Permanente de Revisão do Mercosul.

Assunção/Paraguai – 13 de agosto de 2004.

Observador no II Encuentro Internacional Justicia y Derecho.

Havana/Cuba – 9 e 10 de junho de 2004.

Direito Penal Internacional e o Estatuto de Roma.

Seminário Internacional, em parceria com a Fundação Konrad Adenauer.

Rio de Janeiro/RJ – 22 de março de 2004.

Missão de Estudos para a Alemanha sobre os mecanismos de Cooperação Intermunicipal do País, em parceria com a Fundação Konrad Adenauer.

Chefe da delegação brasileira – Frankfurt/Alemanha 8 a 14 de fevereiro de 2004.

Representante da Casa Civil na 7ª Sessão do Comitê *Ad Hoc* das Nações Unidas para negociação de uma Convenção Contra a Corrupção.
Viena/Áustria – outubro de 2003.

Representante do Exmo. Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva no Encontro *Financing Democracy in the America's: Political Parties Campaigns and Elections* organizado pelo *The Carter Center*. Atlanta/EUA – 2003

Participação como Representante do Brasil em Missões Internacionais de Acompanhamento de Eleições

Representante do Tribunal Superior Eleitoral em participação como Observador em missão eleitoral da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), por ocasião das Eleições Gerais de 10 de abril de 2016 no Peru.

Representante do Tribunal Superior Eleitoral em participação no Programa de Acompanhamento do Segundo Turno das Eleições Presidenciais de 22 de novembro de 2015 na Argentina.

Representante do Tribunal Superior Eleitoral em participação no Programa de Acompanhamento Interjurisdicional das Eleições Gerais de 19 de outubro de 2015 no Canadá.

Representante do Tribunal Superior Eleitoral em participação no Programa de Acompanhamento das Eleições Federais de 07 de junho de 2015 no México.

Representante do Tribunal Superior Eleitoral em participação no Programa de Visitantes Internacionais, por ocasião das Eleições para a Câmara dos Comuns do Reino Unido de 07 de maio de 2015 na Inglaterra.

Representante do Tribunal Superior Eleitoral em participação como Observador Internacional em missão eleitoral, por ocasião das Eleições Gerais de 02 de fevereiro de 2014 na Costa Rica.

Representante do Tribunal Superior Eleitoral em participação como convidado internacional do *Tribunal Calificador de Elecciones Chile*, por ocasião das Eleições - Segunda Votação Presidencial de 15 de dezembro de 2013 no Chile.

Representante do Tribunal Superior Eleitoral em participação no Programa de Visitantes Internacionais, por ocasião das Eleições Nacionais de 27 de outubro de 2013 na Argentina.

Representante do Tribunal Superior Eleitoral em participação como observador em missão eleitoral da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), por ocasião das Eleições Presidenciais de 19 a 22 de abril de 2013 no Paraguai.

Representante do Tribunal Superior Eleitoral em participação como observador em missão eleitoral da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), por ocasião das Eleições Presidenciais de 14 de abril de 2013 na Venezuela.

Membro da Delegação Brasileira atuando na qualidade de observador internacional no processo de monitoramento das eleições nos Territórios Palestinos.

Jerusalém – 09 de janeiro de 2005.

Participação em Audiências Públicas

Audiência Pública da Reforma Política na Câmara dos Deputados. Participação na qualidade de Presidente do Tribunal Superior Eleitoral - 10 de março de 2015.

Condução da Audiência Pública no STF, sobre Internação hospitalar com “diferença de classe” no Sistema Único de Saúde – 26 de maio de 2014.

Condução a Audiência Pública no STF, sobre Campo Eletromagnético de Linhas de Transmissão de Energia – 6, 7 e 8 de março de 2013.

Comissão Especial destinada a efetuar estudos e apresentar propostas em relação à Reforma Política.

Participação na Audiência Pública como Presidente da Comissão de juristas criada pelo Senado Federal para elaboração de anteprojeto de Código Eleitoral (Req n.º 33/11) – Brasília/DF – 26 de maio de 2011.

Audiência Pública em São Paulo - Comissão de Reforma do Código Eleitoral – 08 de novembro de 2010.

Audiência Pública sobre matéria de políticas de ação afirmativa no ensino superior – 03 de março de 2010.

A interpretação da CONJUR/MP e da AGU sobre a lei nº 8.878/94 e a readmissão dos Anistiados do Plano Collor.

Participação na Audiência Pública da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados – Brasília/DF – 2007.

Audiência Pública a fim de debater a Constitucionalidade da apreciação de Medidas Provisórias, em especial as editadas para conceder crédito extraordinário.

Debate com Ministro Gilmar Mendes, Presidente do Supremo Tribunal Federal – Brasília/DF – 19 de abril de 2007.

Participação como Conferencista e Palestrante em Seminários, Congressos e Simpósios

Participação como moderador no 2º Debate: Diálogos sobre o Brasil: Desafios Políticos e Estruturais do País nos próximos 20 anos.

1º Encontro de Lideranças Nacionais
São Paulo/SP – 11 de maio de 2018.

Horizonte próximo para a Magistratura

XIX Congresso Nacional dos Magistrados do Trabalho – CONAMAT - promovido pela Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho. Belo Horizonte/MG – 04 de maio de 2018

Participação na Solenidade de Abertura: II Encontro do FONAJUC - Fórum Nacional de Juízes Criminais

Brasília/DF – 15 de março de 2018

Participação no painel: Passado, Presente e Perspectivas para o Futuro no Seminário Internacional AGU 25 Anos: Segurança Jurídica para o Brasil promovido pela Advocacia-Geral da União.

Brasília/DF - 09 de março de 2018

Conferência inaugural do Evento Transparência do Poder Judiciário e Pesquisa Empírica no Direito promovido pela Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo.

São Paulo/SP – 23 de fevereiro de 2018.

Participação no Painel II – O Papel do Judiciário

IV Encontro de Magistrados Brasil X EUA - Compliance: Um estudo comparado promovido pelo Instituto de Justiça & Cidadania.

Washington/EUA – 14 a 16 de fevereiro de 2018.

Palestra ao Conselho de Representantes da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA.

Brasília/DF – 06 de dezembro de 2017.

Abertura do Fórum de Debates - Desenvolvimento Paulista, compromisso com o Brasil promovido pelo Global Council of Sales Marketing e América Economia.

São Paulo/SP – 05 de dezembro de 2017.

Deliberação do Supremo Tribunal Federal: *Interna Corporis* ou em rede nacional?

Seminário da Feiticeira 2017 – Privacidade – ainda existe?

Ilha Bela/SP – 02 de dezembro de 2017.

Presidente de Mesa na Conferência Métodos Adequados de Resolução de Conflitos no Direito Norte-Americano: Sendo mais que um negociador meramente eficiente - Palestra proferida pelo Professor Robert C. Bordone da Universidade de Harvard.

Brasília/DF – 30 de novembro de 2017.

Meios Adequados de Solução de Conflitos em Matéria Tributária – Redução de Litigiosidade Fiscal.

II Congresso de Contencioso Tributário da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Brasília/DF – 20 de novembro de 2017

11º Encontro Nacional do Poder Judiciário realizado pelo Conselho Nacional de Justiça.

Brasília/DF – 20 a 21 de novembro de 2017

Mediador no painel Liberdade de expressão e direito ao esquecimento.

Seminário As liberdades na era digital e os limites do Estado promovido pelo Instituto UniCEUB de Cidadania (IUC) em parceria com Instituto Palavra Aberta.

Brasília/DF - 06 de novembro de 2017.

Palestra de Encerramento do Seminário *Law and Economics: Judicialization of Health* realizado pela Fundação Getúlio Vargas

Nova York/EUA – 12 e 13 de outubro de 2017.

Seminário Implementação de Salvaguardas Efetivas na Prevenção da Tortura e de outros Meios Cruéis, Desumanos ou Degradantes de Tratamento ou Punição durante a Custódia Policial e Detenção Provisória

promovido pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos.

Genebra/Suíça – 06 de outubro de 2017

Métodos Alternativos de Soluções de Conflitos

IV Simpósio Internacional de Direito *El Derecho ante los Desafios de la Globalización* realizado pelo Conselho Internacional de Estudos Contemporâneos (Consinter)

Barcelona/Espanha – 04, 05 e 06 de outubro de 2017.

Democracia e Judicialização da Política no Brasil

Encontro Estadual da Magistratura realizado pela Associação dos Magistrados de Mato Grosso do Sul (AMANSUL) e Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB).

Bonito/MS – 21 a 23 de setembro de 2017.

Primeiro Painel: Cooperação Internacional para o Fortalecimento da Democracia e dos Sistemas Eleitorais

Reunião das Autoridades Eleitorais do MERCOSUL – Avanços e Desafios para a Democracia e os Sistemas Eleitorais realizada pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Foz do Iguaçu/PR – 14 e 15 de setembro de 2017.

Coordenação Científica do Seminário Jurisdições Superiores Italianas e Brasileiras: Uma Comparação

Roma/Itália – 07 e 08 de setembro de 2017.

Democracia e a Judicialização da Política no Brasil

I Congresso Nacional em Homenagem aos 174 anos do Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB)

João Pessoa/PB – 1º a 02 de setembro de 2017.

Democracia, Direito e a Judicialização da Política no Brasil

I Congresso Cearense de Direito Eleitoral realizado pela Comissão de Direito Eleitoral da OAB/CE, Assembleia Legislativa do Estado do Ceará e Justiça Federal do Ceará.

Fortaleza/CE – 31 de agosto de 2017.

Painel: Crise de Representação

Seminário de Verão 2017 – Pós-Globalização e Democracia (Homenagem ao Prof. Doutor Teori Zavascki

Coimbra/Portugal – 3 e 5 de julho de 2017.

Painel I: Escravidão na Modernidade

XXIII Encontro de Presidentes e Juízes de Tribunais Constitucionais da América Latina realizado pelo Supremo Tribunal Federal e Programa Estado de Direito para América Latina da Fundação Konrad Adenauer

Brasília/DF – 1º a 3 de junho de 2017

Jurisdição Constitucional e Estado Democrático de Direito no Brasil: Desafios e Perspectivas.

Seminário Jurisdição Constitucional e Estado Democrático de Direito: Debates Atuais no Brasil e na Alemanha realizado pelo Centro de Direito, Internet e Sociedade (CEDIS) e pela Escola de Direito de Brasília (EDB/IDP).

Brasília/DF – 31 de maio de 2017

A História do Voto e da Justiça Eleitoral no Brasil

III Jornada ESMAFE/PR – ITAIPU: Justiça e Cidadania

Florianópolis/SC – 25 de abril de 2017

Sistema Eleitoral e Governabilidade

V Seminário Luso-Brasileiro de Direito – Constituição e Governança. Evento realizado pelo Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP).

Lisboa/Portugal – 18 de abril de 2017

Background do Combate à Corrupção no Brasil.

Convidado de Honra em encontro promovido pela *Council of the Americas*

Nova York/EUA – 12 de abril de 2017

Políticas Públicas e inovação da autocomposição no Poder Judiciário

Palestra proferida na Harvard Law School.

Cambridge/EUA – 11 de abril de 2017

Convidado de Honra em mesa redonda com integrantes da *Harvard Law School Brazilian Studies Association*. Apresentação de projeto piloto em Justiça Colaborativa - *Problem solving Justice initiatives*.

Cambridge/EUA – 10 de abril de 2017

Efetividade Processual e o Papel do Conselho Nacional de Justiça

Aula ministrada no 6º Curso de Pós-Graduação da Escola Paulista da Magistratura em Campinas.

Campinas/SP - 03 de abril de 2017

Futuro do Poder Judiciário

3º Congresso Interinstitucional de Magistrados do Estado de São Paulo organizado pela Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da Décima Quinta Região, Associação Paulista de Magistrados e Associação dos Juízes Federais de São Paulo e Mato Grosso do Sul.

Sorocaba/SP – 24 de março de 2017

Brasil: Lista aberta, fechada ou mista

Painel 2 do Seminário Internacional sobre Sistemas Eleitorais realizado pelo Tribunal Superior Eleitoral em parceria com a Câmara dos Deputados e o International Institute for Democracy and Electoral Assistance (International IDEA).

Brasília/DF – 20 de março de 2017.

Tutela Processual e o Direito Eleitoral

I Simpósio Brasileiro de Processo Civil promovido pela Academia Brasileira de Direito Constitucional em parceria com o Instituto Brasileiro de Direito Processual.

Curitiba/PR – 17 de março de 2017.

Solenidade de abertura do 110º Encontro do Conselho dos Tribunais de Justiça realizado pelo Conselho dos Tribunais de Justiça.

São Paulo/SP – 16 de março de 2017.

Eleições e Democracia

Evento promovido pela Comissão de Direito Eleitoral da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção do Paraná e Centro Universitário Internacional – UNINTER.

Curitiba/PR – 06 de fevereiro de 2017.

10º Encontro Nacional do Poder Judiciário realizado pelo Conselho Nacional de Justiça.

Brasília/DF – 5 de dezembro de 2016

Financiamento de Campanhas Eleitorais e Fundo Partidário

Seminário Diálogos sobre Reforma Política promovido pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e Instituto Brasiliense de Direito Público - IDP.

Brasília/DF – 29 de novembro de 2016.

Participação no Programa de Acompanhamento das Eleições Americanas a convite da *International Foundation for Electoral Systems* – IFES.

Washington/EUA - 08 de novembro de 2016.

Reunião Preparatória do Seminário Acadêmico de Direito Comparado promovida pelo *Centro Studi di Diritto Comparato e Straniero da Università degli Studi di Milano*.

Roma/Itália – 1º a 02/11/2016.

Ativismo Judicial: o papel do STF

Participação na 2ª mesa do III Colóquio sobre o Supremo Tribunal Federal. Evento organizado pela Associação dos Advogados de São Paulo e Instituto Victor Nunes Leal.

São Paulo/SP – 24 de outubro de 2016.

O Papel do Judiciário na Democracia Brasileira

Reunião do Conselho Superior de Assuntos Jurídicos e Legislativos da FIESP coordenado pelo Instituto Roberto Simonsen.

São Paulo/SP – 24 de outubro de 2016.

Reflexões sobre Federalismo e Reforma Tributária

XXX Congresso Brasileiro de Direito Tributário promovido pelo Instituto Geraldo Ataliba e Instituto de Direito Público e Empresarial – IDEPE.

São Paulo/SP – 21 de outubro de 2016.

A Conciliação como instrumento de pacificação de conflitos: a experiência da Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal (CCAF)

II Conferência Nacional de Mediação e Conciliação realizada pelo Conselho Nacional de Justiça e Tribunal Superior do Trabalho.

Brasília/DF – 05 de outubro de 2016.

O Magistrado do Século XXI

Seminário Comemorativo dos 10 Anos da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT): A Formação Profissional de Magistrados.

Brasília/DF – 22 de setembro de 2016.

Partidos Políticos e Sistema Eleitoral no Parlamentarismo

33º Seminário da Academia Internacional de Direito e Economia (AIDE): Parlamentarismo no Brasil: Utopia ou Possibilidade?

São Paulo/SP – 19 de setembro de 2016.

Federalismo Fiscal na Jurisprudência do STF

XX Congresso Internacional de Direito Tributário realizado pela Associação Brasileira de Direito Tributário (ABRADT)

Belo Horizonte/MG – 16 de setembro de 2016.

Participação na Cerimônia de Abertura do II Fórum Nacional de Conciliação e Mediação – FONACON. Evento realizado pela Associação dos Juízes Federais – AJUFE.

Florianópolis/SC – 29 de agosto de 2016.

Presidente de Mesa na Conferência **Eficácia dos Direitos Fundamentais em Relação aos Particulares, com destaque para a jurisprudência do Tribunal Constitucional Federal no Caso Luth ao caso Flashmob.** Palestra proferida pela Ministra Sibylle Kessal-Wulf do Tribunal Constitucional Federal da Alemanha.

Brasília/DF – 16 de agosto de 2016.

O Poder Judiciário no Século XXI

Palestra proferida na XIV Semana Jurídica do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

São Paulo/SP – 08 de agosto de 2016.

Democracy in Brazil: The Evolving Role of the Country's Supreme Court

Palestra proferida em *Boston College Law School*

Newton/ EUA – 14 de julho de 2016

Democracy in Brazil: The Evolving Role of the Country's Supreme Court

Palestra proferida no Wilson Center
Washington DC/ EUA – 06 de julho de 2016

Reuniões de trabalho com a Comissão Eleitoral da Legislatura da Província de Córdoba e o Presidente do Tribunal Supremo de Justiça acerca do funcionamento do voto eletrônico no Brasil.
Córdoba/Argentina - 16 a 20 de junho de 2016.

Desafios da Democracia

Palestra proferida no 3º Curso de Pós-Graduação “Lato Sensu” – Especialização em Direito Eleitoral e Direito Processual Eleitoral da Escola Judiciária Eleitoral Paulista – EJEP em parceria com a Escola Paulista de Magistratura - EPM.
São Paulo/SP – 06 de junho de 2016

Desburocratização da Administração Pública e Gestão Pública

Palestra proferida na XX Conferência Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais (CNLE) – Rediscutindo o Brasil. Evento promovido pela União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais (UNALE).
Aracaju/SE – 03 de junho de 2016

Regulação e Liberdade Econômica

Palestra proferida no XII Simpósio Nacional de Direito Constitucional realizado da Academia Brasileira de Direito Constitucional (ABDConst).
Curitiba/PR – 28 de maio de 2016

O Financiamento da Atividade Político-Eleitoral no Direito Comparado

Aula no Curso de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo - USP.
São Paulo/SP – 23 de maio de 2016.

O Brasil e o Poder Judiciário

Palestra proferida no XXVIII Fórum Nacional – Superando o Drama Brasileiro. Evento promovido pelo Instituto Nacional de Altos Estudos (INAE).
Rio de Janeiro/RJ – 17 de maio de 2016.

Judicialização da Política, Democracia Interna dos Partidos e Integridade no Processo Eleitoral

Condução da VIII Conferência Ibero-americana sobre Justiça Eleitoral e palestra sobre Judicialização da Política. Evento promovido pelo Instituto para a Democracia e Assistência Eleitoral (IDEA Internacional) e Tribunal Superior Eleitoral.

Manaus/AM – 28 de abril a 02 de maio de 2016

Justiça Eleitoral Brasileira: 70 anos ajudando a (re)construir a democracia no Brasil

Conferência proferida no V Congresso Brasileiro de Direito Eleitoral
Curitiba/PR – 08 de abril de 2016

Financiamento Privado de Campanhas: limites e problemas

Palestra proferida na Faculdade de Direito da Universidade de Brasília.
Brasília/DF – 06 de abril de 2016

Participação Feminina na Política: Gênero, Democracia e Políticas Públicas

Discurso proferido, por ocasião do lançamento da Campanha Institucional de apoio à Mulher na Política no Senado Federal.
Brasília/DF – 31 de março de 2016

Remédios Institucionais para Bloqueios Críticos do Sistema Político

Palestra proferida no IV Seminário Luso-Brasileiro de Direito promovido pela Escola de Direito de Brasília do Instituto Brasiliense de Direito Público (EDB/IDP) e a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDUL)
Lisboa/Portugal – 29 de março de 2016

67º Reunião do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais

Boa Vista/RR – 11 de março de 2016

Conferência Magna de Abertura do II Fórum de Direito Eleitoral promovido pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

Brasília/DF – 16 de dezembro de 2015

“O Juiz do Século XXI” e sua Formação

I Encontro Nacional de Diretores de Escolas de Formação de Magistrados organizado pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM), Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT) e Centro de Estudos Judiciários da Justiça Militar da União (CEJUM).

Brasília/DF – 14 de dezembro de 2015

Conferência de Encerramento no Seminário A Reforma Eleitoral em Debate

São Paulo/SP – 27 de novembro de 2015

A Jurisprudência do STF e a Justiça Militar

Palestra proferida no Tribunal de Justiça Militar do Estado de São Paulo

São Paulo/SP – 27 de novembro de 2015

X Reunião Interamericana de Autoridades Eleitorais promovida pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Rio de Janeiro/RJ – 19 e 20 de novembro de 2015

Encontro do Colégio de Dirigentes das Escolas Judiciárias Eleitorais

Foz do Iguaçu/PR – 13 de novembro de 2015

Participação no Painel Estado, Desenvolvimento e Regulação.

XVIII Congresso Internacional de Direito Constitucional realizado pelo Instituto Brasiliense de Direito Público.

Brasília/DF – 10 de novembro de 2015

Protagonismo Judicial, Segurança Jurídica e Paternalismo Exacerbado: Desafios em Tempos de Incerteza.

Palestra proferida no Encontro Jurídico em homenagem ao Ministro Carlos Mario da Silva Velloso, evento organizado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, a *Harvard Law School Association of Brazil* e a Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas.

Rio de Janeiro/RJ - 09 de novembro de 2015.

66º Encontro do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais

São Paulo/SP – 06 de novembro de 2015

A Jurisprudência do STF e a Justiça Militar

XII Seminário de Direito Militar organizado pelo Centro de Estudos Judiciários da Justiça Militar da União (CEJUM).

Brasília/DF – 21 de outubro de 2015.

El modelo del federalismo en Brasil

Palestra proferida no evento: *III Congreso Internacional de Abogacía Estatal, Local y Federal: La Ciudad une al País. El aporte de la abogacía estatal en la consolidación del federalismo.*

Buenos Aires/Argentina

28 a 29 de setembro de 2015.

A proteção dos direitos fundamentais do contribuinte na jurisprudência do STF.

XIX Congresso Internacional de Direito Tributário da ABRADT – Contencioso Tributário e os Direitos Fundamentais. “Em homenagem ao Ministro Dias Toffoli”.

Belo Horizonte/MG – 25 de setembro de 2015.

Conferência inicial do Seminário Reforma Política, evento promovido pelo Tribunal Superior Eleitoral, por ocasião dos 70 anos da Reinstalação da Justiça Eleitoral no Brasil.

Brasília/DF – 10 de setembro de 2015.

A intervenção regulatória e os direitos fundamentais

I Seminário Brasileiro de Direito do Consumidor Contemporâneo e Jornada USP/Brasilcon em Comemoração aos 25 Anos do CDC, evento promovido pelo Departamento de Direito Civil da Faculdade de Direito da Universidade São Paulo, Rede de Pesquisa de Direito Civil Contemporâneo (RDCC) e Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor (Brasilcon).

São Paulo/SP – 22 de junho de 2015.

36º Encontro dos Corregedores dos Tribunais Regionais Eleitorais - Encoge

Natal/RN - 19 a 20 de junho de 2015.

Abertura e Encerramento do Congresso Internacional: Financiamento Eleitoral e Democracia promovido pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Brasília/DF – 11 e 12 de junho de 2015.

Eleições e Futuro

Palestra proferida na 3ª edição do Café Cultural promovido pela Escola Judiciária Eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

Curitiba/PR – 22 de maio de 2015.

O Financiamento da Democracia

Palestra proferida na Conferência sobre Direito Eleitoral na Universidade de Bolonha

Bolonha/Itália – 04 de maio de 2015.

65ª Reunião do Colégio de Presidentes de Tribunais Regionais Eleitorais - TRE's.

Teresina/PI - 17 de abril de 2015.

Direito de Participação Política. Voto: Direito ou Obrigação?

Conferência no Curso de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo - USP.

São Paulo/SP – 30 de março de 2015.

O Tribunal Superior Eleitoral e as Eleições

Seminário O Direito Processual Civil nos Tribunais Superiores – Homenagem ao Ministro Sérgio Luiz Kukina realizado pela Escuela Judicial de América Latina.

Foz do Iguaçu/Paraná – 14 de março de 2015

O Papel e a Importância da Justiça Eleitoral

Aula Magna de Abertura do 3º Curso de Pós-Graduação “Lato Sensu” – Especialização em Direito Eleitoral e Direito Processual Eleitoral da Escola Judiciária Eleitoral Paulista – EJEP em parceria com a Escola Paulista de Magistratura - EPM.

São Paulo/SP – 09 de março de 2015

Palestra no Painel Reforma Política - Visão Geral

XVII Congresso Brasiliense de Direito Constitucional realizado pelo Instituto Brasiliense de Direito Público - IDP

Brasília/DF – 27 de novembro de 2014.

63ª Reunião do Colégio de Presidentes de Tribunais Regionais Eleitorais - TRE's.

Fortaleza/CE - 21 de novembro de 2014.

Ficha Limpa nas Eleições de 2014.

Aula de encerramento ministrada no Curso de Pós-Graduação na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

São Paulo/SP – 17 de novembro de 2014.

Democracia e eleição: o exercício da cidadania

XII Congresso de Ensino, Pesquisa e Extensão e XII Encontro de Iniciação Científica do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB
Brasília/DF – 1º de outubro de 2014.

Reflexões sobre a Democracia e as Eleições: o exercício da cidadania

Palestra Notório Saber, evento realizado no Supremo Tribunal Federal
Brasília/DF – 22 de setembro de 2014

A Súmula no Direito Contemporâneo

Exposição realizada no Evento Comemorativo do Centenário de Victor Nunes Leal organizado pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Instituto Victor Nunes Leal e Instituto dos Advogados do Distrito Federal.
Brasília/DF – 15 de setembro de 2014

Uma visão realista sobre o futuro da reforma política

Seminário A Crise da Representatividade Política e os Reflexos na Governabilidade organizado pela Fecomercio/SP em parceria com a Academia Internacional de Direito e Economia e a OAB/SP.
São Paulo/SP – 12 de setembro de 2014

Seminário: Eleições, democracia e cidadania: estudo comparativo França-Brasil, participação como debatedor.

Centro Universitário de Brasília - UniCEUB
Brasília/DF – 09 de setembro de 2014

Painel: Os Caminhos da Justiça Brasileira no Século XXI: Desafios e Propostas, participação como Presidente da Mesa/Moderador de Debates.

Seminário Justiça & Imprensa – Temas e Propostas organizado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e a Associação Paulista de Magistrados (APAMAGIS)
São Paulo/SP – 05 de setembro de 2014

As Eleições de 2014

Aula de encerramento do 2º Curso de Pós-Graduação em Direito Eleitoral e Direito Processual Eleitoral da Escola Judiciária Eleitoral Paulista – EJEPE.
São Paulo/SP – 05 de setembro de 2014

Ato de Improbidade Administrativa e suas Implicações nos Afastamentos de Detentores de Mandato Eletivo

Seminário Improbidade Administrativa e Desafios para a Gestão do Estado Brasileiro realizado pelo Conselho da Justiça Federal.
Brasília/DF – 22 de agosto de 2014

Palestra proferida na Conferência de Abertura do Congresso Brasiliense de Direito Eleitoral realizado pelo Instituto Brasiliense de Direito Público – IDP.

Brasília/DF - 16 de maio de 2014.

Estudo sobre Advocacia Popular

Palestra proferida no IV Seminário: Diálogos sobre Justiça – Advocacia Popular realizado pela Secretaria de Reforma do Judiciário
Brasília/DF - 07 de maio de 2014.

Democracias Direta e Representativa, Participação Popular e Partidos Políticos

Palestra de Abertura do Congresso de Direito Eleitoral de Brasília promovido pela Câmara Legislativa do Distrito Federal.
Brasília/DF – 05 de maio de 2014.

O Papel e o Funcionamento do Supremo Tribunal Federal

Palestra aos Oficiais alunos do Curso Superior de Defesa da Escola Superior de Guerra em visitação ao STF.
Brasília/DF – 05 de maio de 2014.

O poder moderador no Brasil: Os militares x Poder Judiciário

Palestra proferida na Conferência: 50 anos de Golpe Militar: memória, história e Direitos Humanos realizada pela Universidade Estadual Paulista – UNESP.
São Paulo/SP – 04 de abril de 2014.

Resoluções TSE – 2014 para as Eleições.

Palestra de abertura proferida no Curso de Direito Eleitoral preparatório para as Eleições de 2014.
Brasília/DF – 14 de março de 2014.

Palestra Magna de abertura do Ano Jurídico da Advocacia realizada pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

Brasília/DF – 10 de fevereiro de 2014.

Participação no painel: *Experiencias Comparadas sobre Procesos Electorales en La America Latina Del Siglo XX*

El Poder Electoral en Busca Del Poder Neutro - “*Celebración de Los 65 Años de La Registraduria Nacional*

Bogotá – Colômbia – 21 de novembro de 2013.

A Jurisprudência em Matéria de Grupos Especialmente Vulneráveis

Palestra proferida no Seminário Internacional Impacto das Decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos

Brasília/DF – 14 de novembro de 2013.

Painel: Ativismo Judicial, participação como Presidente.

V Encontro Nacional de Juízes Estaduais – V ENAJE

Florianópolis/SC – 24 a 26 de outubro de 2013.

O Garantismo na Jurisdição Constitucional Brasileira

Palestra proferida no II Seminário Internacional de Ciências Criminais do Rio de Janeiro realizado pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro e Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro/RJ - 17 e 18 de outubro de 2013.

Diretrizes norteadoras das Resoluções para as Eleições de 2014.

Conferência de Abertura do II Encontro dos Magistrados da Justiça Eleitoral do Ceará.

Fortaleza/CE – 19 a 22 de setembro de 2013.

Palestra: *Internacional Aspects Of Law in U.S and Brazil*

Evento realizado na *Thomas Jefferson School of Law*

San Diego – California/EUA – 15 a 28 de Julho de 2013.

La abogacía estatal y el Estado Constitucional Social de Derecho em Brasil

Palestra proferida no evento: *Primer Congreso Internacional de Abogacía Estatal, Local Y Federal: El Derecho Administrativo en el Estado Constitucional Social de Derecho* realizado pela *Procuración General de La Ciudad de Buenos Aires*.

Buenos Aires/Argentina – 06 a 09 de junho de 2013.

Painel: Inelegibilidades e Tribunais de Contas

Exposição realizada no Fórum da Justiça Eleitoral e dos Tribunais de Contas do Brasil

Brasília/DF – 10 de maio de 2013.

Painel II: Judiciário: Dilemas atuais e Desafios, participação como Coordenador da Mesa.

XXIX Encontro Nacional dos Juizes Federais do Brasil - AJUFE
Rio de Janeiro/RJ – 6 a 8 de dezembro de 2012.

Palestra proferida aos alunos do Departamento Jurídico do Centro Acadêmico XI de Agosto (Tema: Processo Civil)

São Paulo/SP – 09 de novembro de 2012.

A Justiça Eleitoral brasileira

Palestra proferida no I Programa Tobias Barreto da II Assembleia da Conferência das Jurisdições Constitucionais dos Países de Língua Portuguesa – CJCPLP.

Brasília/DF – 10 de outubro de 2012.

XXI Encontro Nacional de Direito Constitucional, participação como expositor. Evento realizado pelo Instituto Pimenta Bueno (Associação Brasileira dos Constitucionalistas)

Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo – 14 de setembro 2012.

Reforma do Código Eleitoral: o sistema eleitoral e a organização das eleições

Conferência de Abertura no II Congresso Internacional de Direito Constitucional: Estado Federal e Direitos Fundamentais realizado pela União de Ensino Superior de Diamantino – UNED.

Cuiabá/MT – 31 de agosto de 2012.

Trabalho e Constituição, palestra proferida no Dia Internacional do Trabalho.

Ministério do Trabalho e Emprego - 9 de maio de 2012.

Palestra de abertura proferida na VIII Jornada Jurídica da Justiça Federal. Evento realizado pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região

Palmas/TO – 07 de maio de 2012.

Palestra proferida no painel Direito Eleitoral – restrições ao registro de candidaturas.

Associação dos Advogados de São Paulo – AASP

São Paulo/SP - 16 de abril de 2012.

Palestra proferida no XIII Encontro Nacional da Associação Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil - ANFIP

Natal/RN - 31 de março de 2012.

Palestra proferida na 56ª Reunião do Colégio de Presidentes dos TRE's

Natal/RN - 30 de março de 2012

XXX FONAJE - Fórum Nacional dos Juizados Especiais
São Paulo/SP - 10 de dezembro de 2011.

Competência Originária do STF - UNIMAR (Universidade de Marília)
Marília/SP - 02 de dezembro de 2011.

Palestra proferida no XX Encontro Nacional de Direito Constitucional - Encontro Luso-Brasileiro de Direito Constitucional promovido pelo Instituto Pimenta Bueno.
São Paulo/SP - 22 de outubro de 2011.

IV Congresso Internacional Revisitando o Direito Público: Advocacia Pública e os Direitos Fundamentais. Evento promovido pela Associação dos Procuradores do Estado do Rio Grande do Sul (APERGS), Escola Superior da Advocacia Pública (ESAPERGS) em parceria com a Procuradoria-Geral do Estado do Rio Grande do Sul.
Porto Alegre/RS - 21 de outubro de 2011

23 anos da Constituição
Palestra proferida na XXVIII Semana Jurídica da Universidade Eurípedes de Marília (UNIVEM).
Marília/SP - 07 de outubro de 2011.

Palestra no Curso sobre a nova Lei 12.403 do Departamento Jurídico XI de Agosto.
São Paulo/SP – 30 de setembro 2011

Cúpula Justina - Segunda Cúpula sobre Justiça, Inovação e os Interesses Vitais da Nação Brasileira. Evento organizado pelo Instituto BESC.
São Paulo/SP - 26 de setembro de 2011

V Seminário Brasileiro sobre Advocacia Pública Federal promovido pela Advocacia Geral da União.
Brasília/DF - 19 de setembro de 2011

Abertura do evento: Ciclo de Reformas A reforma do Código Eleitoral e palestra proferida no painel 1º - Reforma do Código Eleitoral e as questões relativas à reforma política. Evento realizado pela FIESP, Escola de Direito do Brasil, Instituto Brasiliense de Direito Público e Centro de Estudos das Sociedades de Advogados.
São Paulo/SP - 19 de setembro de 2011.

Palestrante do painel com o tema A Reforma do Código Eleitoral.
VII Conferência dos Advogados do Distrito Federal promovida pela OAB/DF.
Brasília/DF – 02 de junho de 2011.

Participação como Presidente do julgamento acadêmico com júri simulado, com o tema “O Equilíbrio nas Relações Contratuais”.

Seminário O Presente e o Futuro da Advocacia Pública. Evento promovido pela Academia Paulista de Magistrados, Associação dos Magistrados Brasileiros, Federação das Unimeds do Estado de São Paulo e Jornal da Justiça.

Campos do Jordão/SP – 28 de maio de 2011.

Competência Originária dos Tribunais

Palestra proferida no Curso Aspectos Atuais do Processo Penal. Evento realizado pela Escola de Magistrados da Justiça Federal do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (EMAG).

São Paulo/SP – 27 de maio de 2011

Considerações sobre a Advocacia Pública e a Perspectiva do Poder Judiciário.

Palestra proferida no Seminário O Presente e o Futuro da Advocacia Pública. Evento promovido pela Associação dos Procuradores do Estado de São Paulo (APESP) e OAB/SP.

São Paulo/SP – 27 de maio de 2011.

Palestra: Consequências de uma Lei Excludente

Participação como expositor. Evento promovido pela Comissão de Igualdade Racial da OAB/SP.

São Paulo/SP – 27 de maio de 2011.

Palestra proferida na Casa do Saber do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro/RJ - 25 de abril de 2011

Expositor no debate sobre O novo Código de Processo Civil, o novo Código Eleitoral e outras reformas

Início das atividades da Escola de Direito do Brasil – EDB

São Paulo/SP – 6 de dezembro de 2010

Direito Processual Eleitoral, participação como Presidente de mesa e palestrante.

Ciclo de Palestras: Reforma do Código Eleitoral. Evento promovido pela Escola Judiciária Eleitoral Paulista e Escola Paulista de Magistratura.

São Paulo/SP – 16 a 22 de novembro de 2010.

Participação como Palestrante no Painel Inaugural Los nuevos paradigmas de derechos y garantías constitucionales

Tercer Congreso Internacional de Abogacía Pública en El Año Del Bicentenario - Horizontes del Derecho Administrativo em El Siglo XXI. Evento promovido pela *Procuración del Tesoro de La Nación e Escuela del Cuerpo de Abogados del Estado.*

Buenos Aires/Argentina – 1º a 04 de novembro de 2010.

Constituição e Desenvolvimento: Propostas e Perspectivas para um Novo Horizonte. Painel: Reforma Eleitoral

Palestra proferida no XIII Congresso Brasiliense de Direito Constitucional. Evento promovido pelo Instituto Brasiliense de Direito Público – IDP. Brasília/DF – 29 de outubro de 2010.

Abertura do IV Seminário Brasileiro da Advocacia Pública Federal.

Evento promovido pela Advocacia Geral da União. Brasília/DF - 20 de setembro de 2010.

Colóquio Brasil-Estados Unidos de Administração Judiciária promovido pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam).

Manaus/AM - 20 de agosto de 2010.

A ANS enquanto Órgão Normativo do Mercado de Saúde Suplementar

Conferência realizada na III Jornada Médico-Jurídica de Saúde Suplementar. Evento realizado pelo Centro de Estudos e Debates do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro. Angra dos Reis/RJ – 14 de agosto de 2010.

Democracia e financiamento de campanhas eleitorais.

Conferência realizada no I Congresso Nacional Eleitoral promovido pela Escola Judiciária Eleitoral. Brasília/DF – 07 de agosto de 2010.

O Sistema Judicial e a Cultura do Conflito

Palestra proferida no Fórum IEL Gestão Empresarial. Evento promovido pelo Instituto Eualdo Lodi. Cuiabá/MT - 05 de agosto de 2010.

Solenidade para a Instalação da Comissão da Reforma do Novo Código Eleitoral

Brasília/DF - 07 de julho de 2010.

Abertura do II Congresso Brasileiro das Carreiras Jurídicas de Estado.

Evento promovido pela Associação dos Juízes Federais (Ajufe), Associação Nacional dos Procuradores de Estado (Anape), Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais (APCF) e Fórum da Advocacia Pública Federal. Brasília/DF - 06 de julho de 2010.

A Experiência da Advocacia Pública Federal Junto ao TCU.

Conferência realizada no II Seminário de Controle Externo da Administração Pública Municipal. Evento promovido pela Editora Fórum. Belém/PA - 28 de maio de 2010.

Seminário Direito e Estado: os desafios da democracia brasileira organizado pelo Centro de Estudos Jurídicos da Presidência da República

Brasília/DF - 24 de maio de 2010.

Abertura do Seminário Internacional de Águas - Escola da AGU
Brasília/DF - 24 de maio de 2010.

II Seminário de Direito Ambiental promovido pela Escola da AGU e Associação dos Peritos Criminais Federais (APCF).

Poconé/MT - 20 de maio de 2010.

Participação no Pannel: Captação ilícita de sufrágio

I Congresso Brasiliense de Direito Eleitoral realizado pela Editora Fórum.
Brasília/DF – 7 de maio de 2010.

Estrutura, principais atribuições e principais projetos do STF

Palestra para os oficiais alunos dos Cursos de Política e Estratégias Marítimas, de Política, Estratégias e Alta Administração do Exército e de Política e Estratégias Aeroespaciais.
Brasília/DF - 04 de maio de 2010.

Lançamento do livro "Filhos de Marília"

Marília/SP –16 de abril de 2010.

Simpósio Brasileiro Justiça e Sustentabilidade - Desafios do Século 21

Evento realizado pela Academia Paulista de Magistrados, Escola Paulista da Magistratura e o Jornal da Justiça.
Salvador/BA - 31 de março de 2010.

Painel: Racionalização Judicial e Simplificação do Sistema Recursal

III Simpósio Nacional de Direito do Trabalho promovido pela Academia Nacional de Direito do Trabalho.
Angra dos Reis/RJ – 26 de março de 2010.

Solenidade de Abertura do I Programa de Intercâmbio de Magistrados Fórum BRIC.

Evento promovido pelo Supremo Tribunal Federal e Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM).
Brasília/DF - 01 de março de 2010.

Seminário Poder Judiciário e Acessibilidade: Novo Paradigma de Inclusão da Pessoa com Deficiência, ação do Programa STF Sem Barreiras.

Brasília/DF – 02 de dezembro de 2009.

Pronunciamento como membro da Mesa na cerimônia de encerramento VI Encontro Nacional dos Peritos Criminais Federais

Florianópolis/SC – 30 de novembro de 2009.

A AGU

Palestra proferida na Semana Agronômica do Diretório Acadêmico “Ministro Tarso Dutra” da Universidade de Pinhal (Unipinhal).

Espírito Santo do Pinhal/SP – 24 de agosto de 2009.

Pronunciamento como membro da Mesa de Honra na cerimônia de abertura, por ocasião do III Seminário Internacional de Perícias Financeiras - ICFinancial Crimes 2009.

Evento realizado pelo Instituto Nacional de Criminalística (INC) e a Diretoria Técnico-Científica da Polícia Federal (DITEC).

Brasília/DF – 24 de junho de 2009.

Palestra proferida no Seminário O Brasil Pós-Crise – Desafios e Oportunidades

Evento promovido pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)

Brasília/DF – 17 de junho de 2009.

Condutas Vedadas ao Agente Público no Período Eleitoral

Palestra proferida na Escola Judiciária Eleitoral do Distrito Federal “Rui Barbosa”.

Brasília/DF – 15 de junho de 2009.

A Advocacia Pública e o Controle da Legalidade

Palestra de encerramento proferida no I Congresso da Advocacia Pública no Espírito Santo.

Evento organizado pela Escola Superior da Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo (ESPGE) em parceria com a Procuradoria Geral de Vitória, a Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Espírito Santo e Advocacia Geral da União.

Vitória/ES – 05 de junho de 2009.

Defesa da União – Novas Perspectivas

Aula Magna ministrada no Instituto Rio Branco

Brasília/DF – 01 de junho de 2009.

AGU Cidadã: Seu Direito. Nosso Dever.

Palestra proferida na XVIII Semana de Estudos Jurídicos da Universidade Potiguar - UnP

Natal/RN – 15 de maio de 2009.

A Internacionalização do Direito o Diálogo das Fontes - III Congresso Mundial de Direito Público

Evento realizado pela Faculdade Maurício de Nassau.

Recife/PE – 14 de maio de 2009.

Atuação Preventiva da AGU frente à Corrupção e ao desvio de Recursos Públicos

Palestra proferida no I Fórum Rede de Controle promovido pelo Tribunal de Contas da União.

Fortaleza/CE – 8 de maio de 2009.

Abertura do Seminário Direito Ambiental.

Evento realizado pela Associação dos Juízes Federais do Brasil (AJUFE) e Escola da Advocacia Geral da União.

Abertura – Manaus/AM – 04 de maio de 2009.

O Papel da AGU na Sociedade Moderna – Para os alunos do LVI Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD) do Instituto Rio Branco.

Brasília/DF – 28 de abril de 2009.

A Participação do Terceiro Setor na Prestação de Serviços de Saúde e os Rumos da Filantropia. Comemoração dos 80 anos da Santa Casa de Marília.

Marília/SP - 17 de abril de 2009.

I Curso de Combate à Corrupção promovido pela Escola da Advocacia Geral da União.

Palestrante na abertura – Brasília/DF – 23 de março de 2009.

Curso de Formação de Procuradores Federais e Advogados da União.

Palestrante na abertura – Brasília/DF – 16 de março de 2009.

Sinergia entre as Agências Reguladoras e a Advocacia-Geral da União na representação de Políticas Públicas –

II Encontro da Advocacia Pública sobre Concorrência e Regulação.

Evento realizado pela Escola da Advocacia Geral da União com o apoio da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

12 de março de 2009.

Abertura do Ano Judiciário, no Supremo Tribunal Federal.

Representante do Exmo. Sr. Presidente da República

Brasília/DF - 02 de fevereiro de 2009.

1ª Oficina de Planejamento Estratégico da AGU.

Alexânia/GO – de 1º a 03 de dezembro de 2008.

Direito Ambiental – XXV Encontro Nacional dos Juízes Federais.

Palestrante na abertura – Natal/RN – 24 de novembro de 2008

Intermediação de Interesses – A regulação do Lobby no Brasil Seminário Internacional.

Palestrante na abertura do evento realizado pela Controladoria Geral da

União em parceria com o Ministério da Justiça, Casa Civil da Presidência da República e Uniceub.
Brasília/DF – 10 de novembro de 2008.

Palestra no Seminário Judicialização do PAC

Evento promovido pela Escola da Advocacia Geral da União
São Paulo/SP – 05 de novembro de 2008.

20 Anos da Constituição de 1988 e o Ministério Público

XXV Encontro Nacional dos Procuradores da República organizado pela Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR)
Salvador/BA – 28 de outubro de 2008.

IX Congresso Nacional dos Procuradores Federais.

Presidiu abertura – Porto Alegre/RS – 27 de outubro de 2008.

II Encontro Nacional dos Advogados Públicos Federais promovido pela União dos Advogados Públicos Federais do Brasil (UNAFE).

Palestrante no encerramento – Natal/RN – 24 de outubro de 2008.

Lei Orgânica do Fisco – Uma Administração Tributária Autônoma e Independente – 3º Painel do XI Congresso Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil.

Foz do Iguaçu/PR – 21 de outubro de 2008.

Palestrante na abertura do XXXIV Congresso Nacional de Procuradores de Estado: 20 Anos da Constituição Federal – Contribuições e Desafios da Advocacia Pública.

Evento promovido pela Associação dos Procuradores do Estado de Goiás (APEG) e Associação Nacional de Procuradores de Estado (ANAPE).
Rio Quente/GO – 19 de outubro de 2008.

A Advocacia Unida para Novas Conquistas – XXXII Reunião de Presidentes de Subseções Paulistas da OAB São Paulo.

Palestrante – Campinas/SP – 17 de outubro de 2008.

A AGU e sua Função Essencial à Justiça – VIII Simpósio Nacional de Direito Constitucional.

Evento realizado pela Academia Brasileira de Direito Constitucional (ABDConst)

Palestrante – Curitiba/PR – 9 de outubro de 2008.

Duas Décadas de Constituição Federal no Brasil palestra proferida no Congresso Nacional de Direito, Os Aautos do Processo III, Constituição, Direito e Transformações Sociais – 20 Anos de Constituição promovido pelo Instituto Nacional de Direito.

Palestrante – Marília/SP – 12 de setembro de 2008.

Semana da Conscientização Ambiental, Feira de Artesanato e Produtos Recicladados.

Palestrante – Brasília/DF – 24 de setembro de 2008.

Advocacia Pública Federal – II Seminário Brasileiro.

Palestrante - Brasília/DF – 11 de setembro de 2008.

Aula inaugural - Pós-Graduação em Direito Público.

Evento promovido pela Escola da Advocacia Geral da União em parceria com a Universidade de Brasília – UnB.

Palestrante – Brasília/DF – 30 de agosto de 2008.

Palestra no I Seminário Cooperação Jurídica Internacional para a Prestação de Alimentos: A nova Convenção de Haia

Evento realizado pela Escola da Advocacia Geral da União em parceria com o Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional da Secretaria Nacional da Justiça.

Brasília/DF – 28 de agosto de 2008.

Palestra de Abertura no Seminário sobre Direito Portuário.

Evento promovido pela Escola da Advocacia Geral da União em parceria com a Associação dos Juízes Federais do Brasil.

Brasília/DF – 19 de agosto de 2008.

Células Embrionárias e Embriões Humanos – XLIX Encontro Nacional do Colégio de Corregedores Gerais da Justiça.

Palestrante – São Luís/MA – 15 de agosto de 2008.

**Lei Seca: Um debate sobre constitucionalidade e eficácia
Centro Acadêmico XI de Agosto.**

Palestrante – São Paulo/SP – 12 de agosto de 2008.

O Advogado e a Defesa da Cidadania – X Conferência Estadual dos Advogados do Rio de Janeiro

Evento promovido pela Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro/RJ – 08 de agosto de 2008.

Terras Indígenas em faixa de Fronteira: a questão da Soberania Nacional

Simpósio Terra Indígena Raposa Serra do Sol promovido pelo Ministério da Justiça.

Brasília/DF – 04 de agosto de 2008.

Palestra de abertura do IV Curso de Processo Administrativo Disciplinar das Carreiras Jurídicas da AGU.

Evento promovido pela Escola da Advocacia Geral da União

Brasília/DF – 4 de agosto de 2008.

Cerimônia de inauguração da Câmara de Mediação, Conciliação e arbitragem de Marília.

Palestrante na abertura – Marília/SP – 18 de julho de 2008.

**Comissão de Liberdade de Expressão Comercial
Participação na Comissão de Liberdade de Expressão do IV
Congresso Brasileiro de Publicidade do Conselho Nacional de
Auto-Regulamentação Publicitária.**

Palestrante – São Paulo/SP – 15 de julho de 2008.

**1º Ciclo de Reuniões Técnico-Jurídicas da AGU área de atuação:
Tribunais Superiores.**

Brasília/DF – 23 de junho de 2008.

Congresso Brasileiro Carreiras Jurídicas de Estado.

Palestrante – Brasília/DF – 10 de junho de 2008.

**Descentralização e Princípio da Subsidiariedade – avanços e desafios da
Federação Brasileira – I Congresso de Prefeitos e Autoridades –
Fundação Konrad Adenauer.**

Palestrante na abertura – Brasília/DF – 04 de junho de 2008.

**Das Condutas Vedadas aos Agentes Públicos em Campanhas Eleitorais
de Acordo com a Lei 9.504/97 palestra proferida no I Encontro Nacional
de Juristas dos Tribunais Eleitorais.**

Evento promovido pela Escola Judiciária Eleitoral do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro/RJ – 30 de maio de 2008.

**Princípios do Procedimento Administrativo – I Congresso Internacional
de Advocacia Pública.**

Palestrante – Buenos Aires/Argentina – 24 de abril de 2008.

**Juízes Federais de São Paulo e Mato Grosso do Sul
V Congresso.**

Palestrante na abertura – 19 a 21 de abril de 2008.

**Comemorações dos 15 anos de funcionamento da Advocacia-Geral da
União e 20 anos da sua criação.**

**A Reforma Tributária na Visão do Governo e da AGU palestra
proferida no I Congresso IBDT/AJUFE de Direito Tributário Brasileiro.**

São Paulo/SP – 7 de março de 2008.

A AGU e os desafios da atualidade.

Palestrante na Câmara de Comércio Americana

Rio de Janeiro/RJ – 25 de fevereiro de 2008.

O Futuro do Processo Judicial face à Lei 11.419/2006

Seminário Brasileiro sobre o Processo Eletrônico organizado pelo Conselho Nacional de Justiça e Advocacia Geral da União.

Palestrante na abertura – Brasília/DF – 5 de dezembro de 2007.

A Advocacia-Geral da União e os povos da terra – Encontro Nacional da Rede Nacional de Advogadas e Advogados Populares (RENAP).

Palestrante – Brasília/DF – 2007.

ENCCLA - Encontro de definição da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro – Reunião.

Evento promovido pela Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça.

Itaipava/RJ – 29 de novembro de 2007

Palestra na abertura do VII Encontro Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional.

Recife/PE – 22 de novembro de 2007

A Advocacia Pública em Nível Nacional

Palestra proferida no VIII Congresso Nacional da ANAJUR, VIII CONPAF e IX Curso Especial de Advocacia do Estado.

Salvador/BA – 20 de novembro de 2007

Palestra no Painel Tribunal de Bloco Econômico do VII Encontro Nacional dos Advogados da União e IV Seminário Nacional sobre Advocacia do Estado.

Foz do Iguaçu/PR – 16 de novembro de 2007

A Advocacia-Geral da União – a defesa do Estado como defesa do interesse público

Palestra proferida no X Congresso Brasileiro de Direito Constitucional – Constituição e Reformas promovido pelo Instituto Brasileiro de Direito Público (IDP).

Brasília/DF – 09 de novembro de 2007

A Câmara de Conciliação e Arbitragem da Advocacia-Geral da União

Palestra proferida I Encontro da Advocacia Pública sobre Concorrência e Regulação. Evento promovido pela Procuradoria do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) com apoio da Escola da Advocacia Geral da União.

Brasília/DF – 08 de novembro de 2007

XIV Congresso Nacional dos Procuradores da Previdência Social.

Presidiu a cerimônia de abertura

Evento organizado pela Associação Nacional dos Procuradores Federais da Previdência Social (ANPPREV) e Sindicato Nacional dos Procuradores da Previdência Social (SINPROPREV).

Campos do Jordão/SP - 2007

A AGU e sua função à Justiça

Palestra proferida no VII Seminário de Direito Militar no Superior Tribunal Militar – STM.

Brasília/DF – 18 de outubro de 2007

XXIV Encontro Nacional dos Juizes Federais realizado pela AJUFE

Palestrante – Rio de Janeiro/RJ – 2007

Dez anos da Lei nº 9.504/97.

Aula Magna ministrada no Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro – TRE/RJ

Rio de Janeiro/ RJ – 2007

AGU enquanto Advocacia de Estado e sua função para a sociedade

Aula Magna ministrada no Supremo Tribunal Federal para estudantes de Direito Brasília/DF – 14 de setembro de 2007

Órgão Colegiado para Julgamento de Processos Administrativos Disciplinares

Palestra proferida no V Painel do I Seminário Nacional de Direito Administrativo Disciplinar. Evento realizado pela Controladoria Geral da União.

Brasília/DF – 31 de agosto de 2007

A Advocacia Pública e sua importância

Palestra proferida na Universidade Paulista (UNIP)

São Paulo/SP – 27 de agosto de 2007

Intercepção Telefônica: Investigação Criminal x Direito Fundamental

Palestra proferida no II Congresso Nacional de Direito - Os Atritos do Processo - A Tutela dos Direitos Fundamentais, promovido pelo Instituto Nacional de Direito.

Marília/SP – 10 de agosto de 2007

Processo Administrativo Disciplinar (PAD)

Curso promovido pela Escola da AGU.

Brasília/DF – 20 de agosto de 2007

Palestra proferida no I Seminário Brasileiro sobre Advocacia Pública Federal.

Brasília/DF – 15 de agosto de 2007

Desenvolvimento da União dos Vereadores do Estado de São Paulo – Seminário Alternativo.

São Paulo/SP – 10 de agosto de 2007

Arbitragem na Perspectiva da Advocacia Pública

Palestra proferida no encerramento do Seminário sobre Arbitragem nas Concessões, promovido pela Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional.

Brasília/DF – 19 de junho de 2007

Advocacia Pública no Estado Democrático de Direito.

Palestra proferida na Universidade Luterana do Brasil (ULBRA)

Santarém/PA – 1 de junho de 2007

Que Tipo de Representação – Voto Simples, Distrital ou Misto?

Palestra proferida no Seminário Reforma Política – O Estado Democrático Passado a Limpo, promovido pela Escola Judiciária Eleitoral do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro/RJ – 20 de Abril de 2007

Instalação da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrado.

Representante do Exmo. Sr. Presidente da República – 12 de abril de 2007.

O Supremo Tribunal Federal e a Política: Julgamentos Históricos

II Seminário O Supremo Tribunal Federal na História Republicana, promovido pela Associação dos Juizes Federais do Brasil (AJUFE).

Brasília/DF – 25 e 26 de abril de 2005

Poder Judiciário e Ministério Público

Reunião Geral de Associadas do Centro de Estudos das Sociedades de Advogados (CESA).

São Paulo/SP – 2005

Financiamento de Campanhas

Debate realizado no Seminário da Justiça Eleitoral, promovido pela Escola Judiciária Eleitoral.

Brasília/DF – 07 e 08 de abril de 2005

Julgamento de Processos repetitivos, efeitos da apelação, cabimento de agravos e embargos de declaração.

Debate realizado no Seminário O Processo Civil Brasileiro organizado pela Secretaria de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça.

Brasília/DF – 30 e 31 de março de 2005

XXI Encontro Nacional dos Juizes Federais promovido pela AJUFE.

Salvador/BA – 13 de outubro de 2004.

A propriedade intelectual como instrumento de Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior

Debate realizado no XXIV Seminário Nacional da Propriedade Intelectual.
Brasília/DF – 16 a 18 de agosto 2004

Seminário Aspectos Controvertidos dos Recursos Excepcionais.

São Paulo/SP – agosto de 2004

Propaganda da Política Eleitoral e Partidária

Palestra proferida no II Seminário dos Tribunais e Organismos Eleitorais no âmbito do Mercosul.

Curitiba/PR – 21 de maio de 2004

Abuso do Poder no Direito Eleitoral

Exposição realizada no Seminário de Direito Eleitoral

São Paulo/SP – 26 de março de 2004

Inovações e Aspectos Polêmicos

Seminário AJUFE de Direito Tributário.

São Paulo/SP – 15 de março de 2004

Fóruns do Planalto, promovido pela Secretaria Executiva da Casa Civil da Presidência da República.

Brasília/DF – dezembro de 2003

VIII Congresso Brasileiro dos Técnicos da Receita Federal

Belém/PA – novembro de 2003

Advocacia Pública nas Reformas Constitucionais

Palestra proferida no III Encontro Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional.

Florianópolis/SC – 26 de outubro de 2003

Palestra no Seminário *Los Tribunales Electorales en el Ambito del Mercosul*

Evento organizado pelo Conselho Argentino para Relações Internacionais (CARI), Fundação Konrad Adenauer e Câmara Nacional Eleitoral da República Argentina.

Argentina – 18 a 19 de setembro de 2003

Palestra no Curso Regional da Escola Judiciária Eleitoral/TSE.

Fortaleza/CE – 2003

Distinções Honrosas

Do Instituto Rio Branco, com a Ordem do Rio Branco no grau de Grã-Cruz – maio de 2009.

Do Tribunal Superior Militar, com a condecoração de Grã-Cruz da Ordem do Mérito Judiciário Militar – 10 de abril de 2018.

Do Instituto dos Magistrados do Brasil (IMB), com a Medalha do Mérito Cultural da Magistratura Brasileira comemorativa aos 38 anos do Instituto dos Magistrados do Brasil. – 23 de novembro de 2017.

Do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, com a comenda da Ordem do Mérito Judiciário da Justiça do Trabalho da 15ª Região – 10 de março de 2017.

Do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, com a Medalha de Mérito Eleitoral das Araucárias – 12 de dezembro de 2016.

Da Comissão Permanente de Acesso à Justiça e Cidadania do Conselho Nacional de Justiça, com o Troféu Movimento pela Conciliação – 05 de outubro de 2016.

Do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, com a Medalha do Mérito Eleitoral Frei Caneca – 26 de julho de 2016.

Do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, com a Medalha do Mérito Eleitoral Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira – 11 de março de 2016.

Do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Amazonas, com a Medalha do Mérito Eleitoral do Amazonas – 30 de novembro de 2015.

Do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo, com o Colar do Mérito Eleitoral Paulista – 09 de março de 2015.

Do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, com a Medalha do Mérito Eleitoral, no Grau Ouro – 17 de abril de 2015.

Do Tribunal de Justiça Militar do Estado de São Paulo, com o Colar do Mérito Judiciário Militar Paulista – 13 de fevereiro de 2015.

Do Colégio de Presidentes dos TREs, com a Medalha do Mérito Eleitoral Ministro Carlos Augusto Ayres de Freitas Britto – 21 de novembro de 2014.

Do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, homenagem prestada pelos relevantes serviços prestados à Advocacia Brasileira - janeiro de 2013.

Da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil – ADEPOL, com a Medalha Senador Delegado Romeu Tuma - 12 de dezembro de 2012.

Do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, com a Ordem do Mérito Judiciário do Distrito Federal e Territórios, no grau Grão-Colar – Brasília/DF – 14 de março de 2012.

Da Marinha do Brasil, com a Medalha Almirante Tamandaré, por ocasião da Cerimônia ao Dia do Marinheiro – 13 de dezembro 2011.

Do povo de Petrópolis, homenagem prestada por relevantes serviços prestados à Nação - 12 de dezembro de 2011.

Da Universidade Eurípedes de Marília - UNIVEM, com o Título Acadêmico e Científico “Doutor Honoris Causa” – 07 de outubro de 2011.

Da Sociedade Afro-brasileira - AFROBRAS, com a Medalha do Mérito Cívico Afro-brasileiro, por ocasião da Cerimônia Comemorativa ao Dia Nacional da Abolição da Escravidão – 13 de maio de 2011.

Da Prefeitura e da Câmara Municipal de Marília, da Secretaria de Turismo e da Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo e da Comissão Organizadora, com o Título de Honra ao Mérito, por ocasião da IX Edição do Japan Fest - 15 de abril de 2011.

Do Superior Tribunal Militar - STM, com a Medalha da Ordem do Mérito Judiciário Militar – 01 de abril de 2011.

Da *Harvard Law School Association of Brazil*, com homenagem pelo empenho e contribuição para o fortalecimento dos laços entre o Poder Judiciário Brasileiro e os Estados Unidos da América – 10 de dezembro de 2010.

Da Sociedade Afro-brasileira de Desenvolvimento Sócio Cultural – AFROBRAS, com o Troféu Raça Negra - 15 de novembro de 2010.

Do Comando do Exército, com a Medalha do Pacificador – 15 de março de 2010.

Do Sindicato dos Delegados de Polícia Federal no Estado de São Paulo, com o Troféu Mérito Policial Federal - 11 de dezembro de 2009.

Da Associação dos Peritos Criminais, homenagem prestada pela contribuição à Perícia Criminal – 04 de dezembro de 2009.

Da Associação dos Delegados de Polícia Federal – ADPF, com homenagem no IV Congresso Nacional dos Delegados de Polícia Federal – novembro de 2009.

Homenagem no Livro “Advocacia de Estado: Questões Institucionais para a Construção de Um Estado de Justiça”. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2009. Co-homenageado – Diogo de Figueiredo Moreira Neto

Da Associação dos Antigos Alunos da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo – USP, com a láurea de Associado Benemérito – 31 de agosto de 2009.

Da Revista Justiça & Cidadania e Confraria Dom Quixote, com o Troféu Dom Quixote de La Mancha – Brasília/DF – 17 de junho de 2009.

Da Escola Superior de Advocacia da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional do Rio de Janeiro, com o Título de “Doutor Honoris Causa”, por notável contribuição prestada à Advocacia Pública – Rio de Janeiro/RJ – 22 de maio de 2009.

Homenagem especial da XVII Edição da Semana de Estudos Jurídicos da Universidade Potiguar – UNP – Natal/RN – 15 de maio de 2009.

Do Instituto Brasileiro de Estudos do Direito - IBED, com a comenda Jurista Tobias Barreto, na categoria Alta Distinção da Cultura Jurídica Recife/PE – 14 de maio de 2009.

Do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, com o Colar do Mérito Judiciário – novembro de 2008.

Do Tribunal Regional Federal – TRF 1ª Região, com a Medalha de Visitante Ilustre por Relevantes Serviços prestados ao TRF e à Justiça Brasileira – novembro de 2008.

Da Polícia Federal no Estado de São Paulo, homenagem no 1º Congresso dos Delegados de Polícia Federal de São Paulo – 17 de novembro de 2008.

Da Associação Nacional dos Procuradores de Estado, homenagem no XXXIV Congresso da ANAPE – 19 de outubro de 2008.

Da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional de Brasília – OAB/DF, com a homenagem 20 Anos de Constituição – agosto de 2008.

Homenagem prestada por ocasião do Congresso Brasileiro das Carreiras Jurídicas de Estado – 13 de junho de 2008.

Da Associação Nacional dos Procuradores de Estado – ANAPE, com o Título de Associado Honorário – 12 de junho de 2008.

Do Governo do Estado de Minas Gerais, com a Grande Medalha da Inconfidência – abril de 2008.

Do Superior Tribunal Militar – STM, homenagem no 7º Seminário de Direito Militar – outubro de 2007.

Do Comando da Aeronáutica, com a Medalha Ordem do Mérito Aeronáutico – 26 de outubro de 2007.

Do Comando da Marinha, com a Medalha do Mérito Naval, no grau Grande Oficial – 21 de maio de 2007.

Do Ministério Público Militar, com a condecoração de Grã-Cruz – 14 de maio de 2007.

Da Associação Nacional dos Advogados da União – ANAUNI, homenagem em reconhecimento pela valorização da Carreira – 17 de abril de 2007.

Do Superior Tribunal Militar – STM, com a Medalha da Ordem do Mérito Judiciário Militar, condecoração de Alta Distinção – 1º de abril de 2007.

Do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região – TRT 10, com a Medalha Ordem do Mérito de Dom Bosco, no grau de Grande Oficial – 31 de agosto de 2005.

Do Tribunal Superior do Trabalho – TST, com a Medalha Mérito Judiciário do Trabalho, no grau de Comendador – 11 de agosto de 2004.

Da Justiça Federal de Minas Gerais, com a Medalha Justiça Século XXI – março de 2004.

Do Tribunal Superior do Trabalho – TST, com a Medalha Comemorativa dos 62 anos da instalação da Justiça do Trabalho – 29 de março 2004.

Da Associação Nacional dos Procuradores Federais – ANPAF, com a Medalha Professor Santiago Dantas – novembro de 2003.

Do Comando da Aeronáutica, com a Medalha Mérito Santos Dumont – 18 de julho de 2003.

Homenagem prestada pelos alunos bacharelados de Direito do Centro de Ensino Unificado de Brasília – CEUB – 1998.

Brasília, novembro de 2018.

José Antonio Dias Toffoli